

A memória e a actualidade das tabernas do concelho de Grândola

João Manuel do Rosário Melo Rodrigues

Trabalho de Projecto
Mestrado em Práticas Culturais para Municípios

Março, 2012

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Camões Gouveia (orientador) e do Professor Doutor Santiago Macias (co-orientador).

*Para os meus irmãos: o Miguel,
a Rita, o Guilherme e o Manuel.*

Agradecimentos.

Com a conclusão do presente trabalho termina uma etapa de um caminho a percorrer. O percurso feito durante a etapa que agora termina só foi possível graças ao apoio, incentivo e disponibilidade de algumas pessoas. Parte deste trabalho também é vosso.

Aos professores António Camões Gouveia e Santiago Macias agradeço a disponibilidade, a orientação na elaboração do presente trabalho e o incentivo manifestado.

Aos técnicos do Arquivo Municipal de Grândola agradeço a disponibilidade, os esclarecimentos prestados durante a pesquisa e o “despertar” para outras fontes de arquivo. Sem o interesse demonstrado por vós a abordagem à memória das tabernas teria tido outra configuração.

À Dr.^a Ana Dulce Pires, à Dr.^a Isabel Revez, à Dr.^a Marta Braz e ao Dr. Rafael Rodrigues, agradeço as entrevistas concedidas. Estas em muito ajudaram a compreender o projecto municipal *Rota das Tabernas*.

À Câmara Municipal de Grândola agradeço a disponibilização dos programas e imagens da *Rota das Tabernas*.

Um especial agradecimento aos taberneiros que ainda “resistem” no concelho de Grândola. Sem vós o presente trabalho não teria sido possível.

Aos frequentadores e “profissionais da taberna” manifesto a minha consideração e apreço pela colaboração prestada.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família. Em particular aos meus pais e avós, agradeço o apoio e incentivo demonstrado, não só ao longo deste trabalho mas durante os meus 26 anos.

Não quero terminar sem agradecer aos meus amigos e, mais uma vez, à minha família por durante os últimos 9 meses terem tido a paciência “de santo” de me ouvir falar sobre as tabernas.

A memória e a actualidade das tabernas do concelho de Grândola.

João Manuel do Rosário Melo Rodrigues

Resumo: Ao longo dos tempos as tabernas afirmaram-se por serem: espaços privilegiados para a manifestação da cultura popular, das ideias contra-poder e da transmissão de conhecimentos e de saberes. Mas, acima de tudo, afirmaram-se como um espaço de convívio destinado aos homens, onde o vinho era o principal produto consumido.

O consumo de álcool associado aos diversos problemas que assolavam os grupos sociais menos abastados (os principais frequentadores das tabernas) fizeram recair, sobre a taberna, pesados estigmas. “*Lugares de perdição*” caracterizados pela miséria, a embriaguez, a desordem, o consumo excessivo de álcool e práticas de higiene menos recomendáveis.

Porém a taberna é muito mais do que a visão redutora de um “*lugar de perdição*”. A taberna, apesar de ser um negócio, carrega consigo uma carga cultural e identitária que importa relevar. A taberna relaciona-se com a economia e o poder local, reflecte na sua multiplicidade estrutural (arquitectónica, económica, gastronómica e social) as influências do território em que se insere. Mas a taberna também é um espaço de produção e transmissão de memória. Assim como pode servir de pretexto à exploração da história local, porque o tema das tabernas não se esgota no espaço da taberna.

Palavras-chave: Grândola, Memória, Tabernas, Taberneiros e Vinho.

The memory and the timeliness of taverns in the municipality of Grândola.

João Manuel do Rosário Melo Rodrigues

Summary: Over time the taverns asserted for being privileged spaces: for the manifestation of popular culture, counter-power ideas and communicating knowledge and wisdom. But, above all, asserted itself as a convivial space for men, where the wine was the main product consumed.

Alcohol consumption is associated with the various problems that continued to trouble the less affluent social groups (the main regulars of taverns) did fall on the tavern, weighed stigmas. "Places of perdition" characterized by misery, drunkenness, disorder, excessive alcohol consumption and hygiene practices less recommended.

But the tavern is much more than the reductive vision of a "*place of perdition*". The tavern, despite being a business, carries with it a cultural load and identity that matters. The tavern relates to the local economy and can reflect in its multiplicity, structural (economic, architectural, culinary and social) influences of the territory in which it falls. But the tavern is also an area of production and transmission of memory. So how can serve as a pretext for the operation of local history, because the theme of the taverns is not exhausted in the tavern.

Keywords: Grândola, memory, taverns, tavernier and wine.

Índice.

Introdução.	1
Capítulo 1. Estudo de caso.	2
1.1 Estrutura conceptual.	3
1.2 Metodologias.	5
Capítulo 2. O território.	6
2.1 A geografia.	7
2.2 A população.	9
2.3 A economia.	12
2.4 A relação do território com a taberna.	15
Capítulo 3. A memória colectiva e as tabernas.	17
3.1 A relação da taberna com a economia local.	17
3.2 A memória social das tabernas.	20
3.3 A relação da taberna com a autoridade e o poder político.	24
3.4 A relação da memória com a taberna.	27
Capítulo 4. As tabernas, os taberneiros e o “ciclo da taberna”. A actualidade das tabernas do concelho de Grândola.	29
4.1 As tabernas e os taberneiros.	29
4.2 A localização da taberna.	36
4.3 Os frequentadores e os “profissionais da taberna”.	38
4.4 A gastronomia.	39
4.5 O vinho.	41
4.6 Os rituais.	42

4.7 A decoração, a organização do espaço e as suas utilizações.	44
4.8 A rentabilização económica da taberna.	47
Capítulo 5 Conclusão.	50
Bibliografia	53
Listas de imagens.	59
Lista de cartografia.	64
Lista de gráficos.	64
Lista de desenhos das plantas das tabernas	64
Lista de quadros.	64
Textos finais.	65

Textos finais.

Texto A.

A Rota das Tabernas - a origem, a evolução e o presente.

“(...) Inflectir o processo de desaparecimento das tabernas, dependerá de sensibilizar as populações, incluindo os escalões etários jovens, para a importância da manutenção destas tradições e dos nossos hábitos e, essencialmente de se conseguir sensibilizar os proprietários e os seus sucessores para a importância de recuperar e preservar o que de mais característico as tabernas possuíam (...)”¹.

Em 1995, num contexto de mudança político-económica, de mentalidades, de gostos e de hábitos quotidianos, cada vez mais evidenciados pelas novas gerações, o município de Grândola deu início ao projecto Rota das Tabernas.

As tabernas encontravam-se em declínio, em número cada vez mais reduzido, tinham a sua rentabilidade económica ameaçada, não tinham a força de outros tempos junto das gerações mais jovens (enquanto espaços de convívio) e deparavam-se com muitas incertezas quanto ao seu futuro.

Idealizada por duas mulheres (a Dr.^a Isabel Revez e a Dr.^a Ana Dulce Pires), a partir do conhecimento e observação do território e de hábitos da comunidade local masculina – o convívio na taberna após o dia de trabalho -, a Rota das Tabernas pretendia afirmar-se como uma iniciativa de promoção turística e cultural do concelho de Grândola.

Com a primeira edição no outono de 1995 o município de Grândola dava início ao reconhecimento da *“(...) importância cultural das tabernas como espaços tradicionais que, para além da função social e económica que desempenhavam nas comunidades onde se inseriam, eram locais privilegiados de encontro e convívio, sobretudo dos homens(...)”²*. Uma das formas de reconhecimento da importância das tabernas era *“(...) salvaguardar e revitalizar estes espaços, associando o sentido do encontro e convivialidade à preservação e divulgação da gastronomia tradicional e a várias propostas de animação cultural como o cante alentejano, as cantigas ao desafio e a poesia popular (...)”³*.

¹ *As tabernas do concelho de Grândola*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 1999, p. 3

² Testemunho da Dr.^a Isabel Revez

³ Idem

Com recurso à gastronomia tradicional, com especial atenção para a caça e para os cogumelos, ao vinho e às tabernas o município criou um “veículo” de promoção turística e cultural do território. Ao mesmo tempo recorria a uma actividade que se encontrava debilitada, mas enraizada na identidade da comunidade local.

Esta iniciativa reforçava os seus benefícios para as tabernas através da possibilidade de reabilitação destes espaços, o que evitaria a sua extinção. O recurso a programas como o LEADER⁺ (PRODER) era, à época, um instrumento a considerar. Porém a sua utilização não se veio a verificar.

A iniciativa contou com a adesão dos taberneiros, mas a adesão do público foi um processo gradual, em crescendo, ao longo das várias edições.

O agendamento da iniciativa para os meses de Outubro e Novembro permitia conjugar a Rota das Tabernas com as vindimas, a caça e os cogumelos. Mas não era a época do ano mais atractiva para o público, em parte, pelas condições climatéricas que se fazem sentir nesta época do ano⁴.

No final da década de 1990 a intervenção do Dr. Rafael Rodrigues trouxe alterações ao modelo seguido na organização do projecto. As alterações introduzidas visavam: um novo enquadramento turístico (alteração da calendarização para o fim da primavera / início do verão), melhoria da qualidade gastronómica e evidenciação das potencialidades de negócio da taberna.

Estas alterações inscreviam-se numa lógica de valorização do património local. Pretendia-se associar a Rota das Tabernas com outras iniciativas relacionadas com o vinho (cultura do vinho), as tabernas e o património. Constituem exemplo disso: o colóquio *Coisas do Vinho* (este teve lugar na antiga igreja de São Pedro, um espaço degradado e descaracterizado que o município pretendia recuperar), exposições, mostra e lançamentos bibliográficos e o recurso ao teatro como elemento de animação.

Ao mesmo tempo, a recuperação e salvaguarda das tabernas continuava a ser um dos pilares da Rota das Tabernas. Colocava-se a hipótese de ser criado um acordo, estabelecido entre o município e os proprietários das tabernas, onde se reuniam pontos de consenso face a um interesse comum – a viabilidade futura das tabernas. Porém esta hipótese de abordagem à recuperação das tabernas não chegou a concretizar-se.

⁴ Testemunhos da Dr.^a Isabel Revez e do Dr. Rafael Rodrigues.

Por outro lado, as mudanças incutidas no modelo de organização da Rota das Tabernas davam os seus frutos, expressos no crescente aumento do número de frequentadores da iniciativa. Este crescimento do público que participa na Rota das Tabernas, associado ao empenho de taberneiros e técnicos do município faz com que a iniciativa caminhe para a sua 17ª edição.

A organização da Rota das Tabernas é hoje responsabilidade do sector do turismo, que conta com o apoio do sector de comunicação e protocolo para a sua divulgação. Os técnicos do sector do turismo procuram conciliar a gastronomia com a animação.

Podemos afirmar que a Rota das Tabernas é uma importante montra para a gastronomia tradicional. Esta afirmação sai reforçada através da leitura dos programas das várias edições do projecto municipal⁵. Nestes temos acesso aos vários pratos disponíveis nas várias tabernas. Podemos constatar que a gastronomia é um dos pontos fortes desta iniciativa, uma vez que não é comum encontrar-se a maioria dos pratos apresentados no quotidiano da taberna.

A animação é outro elemento marcante da Rota das Tabernas (quadro 11 em anexo). Entre 1999 e 2007 a animação da Rota das Tabernas registou inúmeras variações. Do programa de animação já fizeram parte: acordeonistas, animação de rua, colóquios, cante alentejano, desfiles etnográficos, despique e baldão, exposições, fado, harmónicas, lançamentos bibliográficos, mostras bibliográficas, música popular, poetas populares, teatro e violas campaniças. A partir de 2008 a animação agendada deixou de constar nos programas da Rota das Tabernas, apenas é feita referência à existência de animação nas tabernas.

Todavia a organização da Rota das Tabernas depara-se com vários constrangimentos. Estes começam na disponibilidade dos taberneiros e no número cada vez mais reduzido de tabernas, passam pela animação, pela ausência de estudos de opinião e de público, pela não recolha de sons, e culminam na forte ameaça de extinção e de descaracterização das tabernas.

A diminuição do número de tabernas e a referida indisponibilidade de alguns taberneiros condiciona o trabalho dos técnicos do município na organização da Rota das Tabernas. Ao observarmos os programas das edições entre 1999 e 2011 (quadro 12 em

⁵ Os programas da Rota das Tabernas por nós consultados foram facultados pela Câmara Municipal de Grândola.

anexo) retemos duas impressões: a irregularidade da participação da maioria dos estabelecimentos e o facto de alguns dos estabelecimentos que acolhem a iniciativa não serem tabernas mas sim cafés, snack's bar e restaurantes. Este sentimento sai reforçado ao frequentarmos esses espaços. Nos últimos anos a organização tem privilegiado a gastronomia e a animação em detrimento das características do espaço. Elemento que passou a beneficiar de critérios mais “largos”.

Porém é intenção do município dar continuidade à Rota das Tabernas. “ (...) o município reforçará, sem aumento dos custos associados, a organização de eventos que contribuam para a divulgação e promoção das potencialidades do concelho e para a sua afirmação turística, de que [é] exemplo (...) a Rota das Tabernas (...)”⁶.

Como pretende o executivo municipal que a Rota das Tabernas continue a contribuir para a promoção turística do território se, ao mesmo tempo, nada for feito para evitar a extinção e a descaracterização destes espaços?

Texto B.

Considerações sobre o projecto.

Ao entendermos as Câmaras Municipais como um organismo de gestão do território, a quem compete, em parte, definir as políticas de valorização e potencialização do território, podemos afirmar que o futuro das tabernas passa, em certa medida, pela gestão que a Câmara faz do território.

Antes de ser um elemento de promoção turística de determinado território a taberna é uma actividade económica, que por diversos factores carrega consigo uma carga cultural, simbólica e consequentemente identitária para uma comunidade e um território.

Pensar as tabernas sem atender à realidade em que estas se inserem, provocando uma ruptura no seu relacionamento com a comunidade e com a economia local, leva a um desenraizamento das tabernas, à sua descaracterização e à sua transformação em espaços híbridos que não correspondem aos padrões de taberna. Neste contexto restará muito pouco para promoção turística.

⁶ *Grandes Opções do Plano – 2012*, Município de Grândola, Dezembro de 2011, p.8

Porém as tabernas podem ser um pretexto para o município repensar o espaço rural, e desenvolver novas políticas de desenvolvimento da economia local, proporcionando uma maior diversidade.

Repensar o modelo de intervenção das tabernas na promoção do território é outra hipótese a considerar, uma vez que a Rota das Tabernas funciona do ponto de vista da promoção do território e das tabernas, mas não responde a muitas das necessidades das tabernas e dos taberneiros.

Se as tabernas são importantes para o município como instrumento de promoção do território, este pode assumir uma postura mais activa, junto das tabernas, e recuperar o objectivo de salvaguarda e preservação das tabernas que esteve na origem do projecto.

No final da década de 1990, início da década de 2000, numa conjuntura económica mais favorável do que aquela que se verifica nos dias de hoje, fazia sentido estabelecer um acordo entre o município e os taberneiros com o intuito de “garantir” a viabilidade das tabernas. Nos dias que correm, atendendo à actual conjuntura, faria todo o sentido estabelecer um acordo entre o município e os taberneiros tendo em vista igual objectivo.

Um acordo, a efectuar-se, entre taberneiros e o município não tem obrigatoriamente que envolver compensações monetárias. O acordo pode desenvolver-se a partir do reconhecimento de um interesse comum para ambas as partes: a viabilidade das tabernas. Podem ser elementos constituintes do acordo os seguintes exemplos: mecanismos de diferenciação entre as tabernas e outros espaços concorrentes (Rota das Tabernas, rede de tabernas, certificados de reconhecimento, etc.), a disponibilização de métodos e técnicos para a divulgação das tabernas, a melhoria das condições dos espaços das tabernas (pequenas reparações, projectos de obra, licenciamentos, etc.), o comprometimento dos proprietários da taberna em manter a taberna a funcionar por determinado período de tempo (a médio / longo prazo), considerar a transição da taberna fora do círculo familiar (recurso ao arrendamento), entre outros.

Com um acordo assente nestes, e noutros, elementos o município garantiria a viabilidade das tabernas a médio / longo prazo em troca de “protecção burocrática”. Esta “protecção” não acarretaria custos acrescidos, os recursos que o município iria disponibilizar aos taberneiros seriam o conhecimento e os técnicos do município afectos a sectores como: o turismo, o património, obras e urbanismo, comunicação e protocolo, etc.. A disponibilização destes recursos permitia criar uma equipa multidisciplinar que

com o desenvolvimento do seu trabalho evitaria a perda de parte da identidade do território em estudo, dos costumes da taberna e do saber acerca da gestão da taberna.

Introdução.

O que é uma taberna? Qual a sua importância?

Espaço amplo, de dimensão variável e simples na sua arquitectura, com poucas preocupações na sua decoração, fresco e pouco iluminado. Surge em muitos casos associada a uma adega ou à venda de vinho.

Muitas vezes apelidadas de “*lugares de perdição*”, portadoras de uma “(...) *carga de ócio afogada na sua canada de vinho ou no copo de três (...)*”¹, que se traduz num pesado estigma de condenação e rejeição social da taberna. Na origem deste sentimento encontramos o consumo do vinho, muitas vezes causador da discórdia do lar doméstico. Assim como as condições que a taberna oferece ao “potencial frequentador”, em muitos casos desconhecedor da realidade destes espaços.

Porém, a taberna é muito mais que o “*lugar de perdição*” destinado ao consumo de bebidas alcoólicas.

A taberna é também um local de encontro e de convívio, onde o petisco serve de pretexto ao consumo do vinho em grupo, e envolto numa série de rituais desenvolvidos com grande à-vontade pelo frequentador habitual destes espaços. É igualmente um local privilegiado para a manifestação da cultura popular, da opinião e da manifestação contra-poder.

Apresenta-se assim como o espaço social de eleição dos grupos sociais menos abastados, onde estes têm como principal passatempo a conversa, que também serve de motivo para o consumo de uns copos ou pequenos jarros de vinho. Os passatempos de outrora – os jogos de cartas, alguns jogos tradicionais e o cante – são cada vez mais difíceis de encontrar.

Outros factores reforçam a importância da taberna para determinada comunidade. Em algumas localidades a taberna é muito mais do que o espaço de convívio entre homens. Para as comunidades mais isoladas a taberna é o principal centro fornecedor de serviços. Algumas prestam em simultâneo os serviços de venda de produtos de mercearia (a prestação deste serviço levou a que a estas também se desse o nome de “venda”), e de posto de telefone público.

¹ *Tabernas. Lugares de encontro e solidão em Setúbal*, Setúbal, Museu do Trabalho / Câmara Municipal de Setúbal, 1990.

A tarefa de mediação que o taberneiro é muitas vezes solicitado a desempenhar na comunidade, é outro elemento que reforça a importância social da taberna e do taberneiro².

Mas a taberna também pode ser considerada como um “veículo” da memória local de determinado território. Esta pode ser um importante elemento para o estudo de determinados grupos sociais, no que ao seu comportamento e hábitos quotidianos diz respeito. Permitindo assim traçar uma linha evolutiva ao longo do tempo. O mesmo acontece no que à economia local diz respeito. A taberna pode ser assim encarada como um elemento a considerar na observação e no estudo da evolução social e económica de um determinado território.

Todavia podemos afirmar que o futuro da taberna está em risco. Se em tempos não muito distantes a taberna se caracterizava por ser o local de convívio de eleição, onde beber vinho despertava outros laços de sociabilidade, o mesmo não acontece nos dias de hoje.

A morte ou a doença de um taberneiro, na maioria dos casos, significa o encerramento da taberna. Não há uma substituição geracional. A mudança de paradigma associada à concorrência leva a uma perda de vitalidade das tabernas.

O concelho de Grândola, à semelhança de muitos outros, não está imune a esta realidade.

1. Estudo de caso.

Com as transformações político-económicas e as mudanças que se registaram nas mentalidades, nos gostos e nos hábitos quotidianos as tabernas entraram em declínio. “Sobrevivem”, em número mais reduzido e com menos vitalidade, sujeitas à concorrência voraz de restaurantes e outros espaços comerciais estando rodeadas de incertezas quanto ao seu futuro próximo.

Em contexto idêntico, o município de Grândola pôs em prática no ano de 1995, a *Rota das Tabernas*³. Com este projecto o município de Grândola pretendia reconhecer a

² Sobre este tema ver ANDRADE, Pedro de; “*A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas*”, in, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 33, Outubro de 1991, pp. 265 – 286.

importância das tabernas enquanto actividade económica, mas também pela sua carga cultural e identitária.

Com a *Rota das Tabernas*, o município pretendia conciliar a salvaguarda das tabernas através da promoção turística do território. Volvidos cerca de 17 anos, a *Rota das Tabernas* continua a ser um “veículo” de promoção do território. Porém, não cumpriu com o objectivo de salvaguarda das tabernas.

Pretendemos assim, a partir do “levantamento” fotográfico de José Manuel Rodrigues⁴, inserido no âmbito da *Rota das Tabernas*, percorrer o concelho de Grândola com o intuito de fazer um novo levantamento das tabernas existentes no território em estudo. Das tabernas fotografadas por José Manuel Rodrigues quantas permanecem abertas? Por que motivos encerraram algumas tabernas? Quantas tabernas surgiram entretanto?

Em consequência desse levantamento abordaremos o “ciclo da taberna”. Qual a origem da taberna e do(s) seu(s) proprietário(s)? Como se organiza o espaço e qual a utilização dos diferentes espaços? Como se caracterizam os “profissionais da taberna”? Quem são os frequentadores da taberna? Que especificidades apresentam as tabernas na sua decoração? Qual a origem do vinho consumido? Qual a rentabilidade económica da taberna? Quais os sintomas de descaracterização da taberna e as suas motivações?

Outro tema a ter em conta, na elaboração do presente trabalho, é a memória. Que memórias têm taberneiros e frequentadores? Como se relacionavam as tabernas com a produção vinícola local? Que referências encontramos sobre as tabernas nos periódicos e na documentação municipal?

Conhecidas as memórias, a situação actual das tabernas, o projecto *Rota das Tabernas* e o território em estudo, importa apontar “caminhos” tendo em vista a continuidade das tabernas.

1.1 Estrutura conceptual.

O presente trabalho assenta em três “pilares”: o território, a memória e a situação actual das tabernas.

³ Sobre o tema da *Rota das Tabernas* ver os apêndices A e B e as imagens 93 a 114.

⁴ RODRIGUES, José Manuel; *Tabernas. Percurso na memória do concelho de Grândola*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 1998.

O conhecimento do território a partir da sua multiplicidade dimensional – económica, humana e geográfica – permite-nos compreender a realidade em que se inserem as tabernas, e as motivações das adversidades que se lhes impõem.

Que transformações se registaram nos hábitos quotidianos e nas mentalidades? Como se caracteriza a população na sua estrutura etária e escolaridade? Como evoluiu a estrutura económica do território em estudo? São estas algumas das problemáticas que se colocam na análise ao território. A partir dessa análise estamos aptos a diagnosticar o impacto das transformações do território junto das tabernas.

Ao complementarmos as memórias, de taberneiros e frequentadores com as informações obtidas em periódicos e fontes de arquivo, temos acesso ao passado das tabernas. Este cada vez mais esbatido pelo tempo.

Ao “mexermos” nas memórias de taberneiros e frequentadores, recuperamos histórias e costumes desconhecidos das gerações mais novas. O recurso a fontes de arquivo permite-nos recuar ainda mais no tempo e abordar temas como a prostituição, o jogo e a criminalidade. Ao mesmo tempo, ao recorrermos à memória, reforçamos a vertente patrimonial das tabernas, uma vez que ao enquadrarmos estas no passado histórico de uma comunidade, sai reforçada a sua dimensão cultural e identitária⁵.

O terceiro elemento na estrutura do presente trabalho é a situação actual das tabernas. O levantamento das tabernas existentes no território em estudo, e a interacção com taberneiros e frequentadores, permite-nos perceber a situação actual das tabernas e abordar o “ciclo da taberna”.

Importa conhecer as dinâmicas das várias tabernas – cada taberna tem o seu ritmo – e perceber como têm “resistido” à evolução dos tempos. É a taberna um negócio rentável? Que “rituais” permanecem nas tabernas?

Por outro lado, é importante que tenhamos em conta ideias / hipóteses que, sem descaracterizar as tabernas, incutam novas dinâmicas no ritmo das tabernas e que potenciem a sua viabilidade numa dupla vertente – cultural e económica (porque a taberna é um negócio).

⁵ Sobre o tema da identidade ver MATTOSO, José; *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva, 2003.

1.2 Metodologias.

Definido o território de estudo – o concelho de Grândola – e o objecto de estudo – as tabernas do concelho de Grândola – definimos os temas a incluir no presente trabalho.

Tendo em conta as limitações de espaço impostas a um trabalho de projecto, estruturámos o presente trabalho em volta de três temas – o território, a memória e a situação actual das tabernas.

Em função dos temas seleccionados escolhemos as técnicas a utilizar durante a investigação. Assim as técnicas seleccionadas relacionam-se com as disciplinas de história, antropologia e sociologia.

Recorremos à leitura e análise de fontes históricas, impressas e manuscritas, para aceder à realidade histórica em que se inserem as tabernas do território em estudo.

Observámos o comportamento de taberneiros e frequentadores. Interagimos com estes numa perspectiva científica, através de entrevistas e inquéritos. O perfil dos entrevistados, à excepção dos taberneiros, foi “seleccionado” em função do seu “profissionalismo” no quotidiano da taberna. São frequentadores assíduos da taberna, conhecedores das práticas de gestão destes espaços, e com idades entre os 55 anos e os 75 anos.

A nossa presença nas várias tabernas teve lugar em diferentes períodos do dia, e em diferentes dias da semana. Conseguimos assim conhecer os comportamentos quotidianos, o ritmo das várias tabernas e as adversidades que se lhes impõem.

Tendo em conta a existência do projecto municipal - *Rota das Tabernas* - recolhemos opiniões junto de taberneiros e frequentadores, entrevistamos a responsável pela organização da iniciativa – a Dr.^a Marta Braz -, as duas pessoas que idealizaram o projecto e que o colocaram em marcha – a Dr.^a Isabel Revez e a Dr.^a Ana Dulce Pires – e o impulsionador do projecto ao reconfigurar-lhe o modelo de funcionamento, que em parte ainda vigora, – o Dr. Rafael Rodrigues.

O recurso a bibliografia diversa e a elementos estatísticos foram instrumentos importantes para conhecer o território, a memória e as tabernas nas suas múltiplas dimensões. Mas foi o trabalho de campo que permitiu ter uma noção exacta do que são as tabernas e a realidade que as rodeia, “(...) a taberna não se compreende sem se

considerar a sua dimensão do dia-a-dia(...)”⁶. Durante o trabalho de campo adoptámos uma atitude pragmática, tendo em vista a obtenção das informações pretendidas.

Para a recolha de informações junto dos taberneiros optámos pelos períodos de menor azáfama na taberna. Os vários dados foram recolhidos sob a forma de inquéritos, entrevistas, desenhos e fotografias no ambiente da taberna. Uma vez recolhidos os vários dados estes foram tratados com o recurso a grelhas de análise, gráficos, desenhos e quadros. Decorrendo a sua análise a partir desse tratamento.

2. O território.

Entendemos o território como uma extensão de terreno mais ou menos vasto, determinado pela sua superfície, pela sua forma e limite, e sob determinada jurisdição. Mas também como resultado de *“(...) um fenómeno de comportamentos associados à organização do espaço em esferas de influência (...), [como] o espaço no qual o individuo, ou grupos de indivíduos, se movimentam ao longo da sua vida ou durante um período determinado, [e como] um núcleo, do qual o individuo se apropria e defende (...)*”⁷. Verificamos que o território para além de ser percepção do espaço, é também uma construção de determinada comunidade.

Se tivermos como exemplo o concelho de Grândola, verificamos que este território nos primeiros anos do século XXI não é o mesmo de há sessenta anos atrás. Assim como, o concelho de Grândola na década de 1950 não era o mesmo do final do século XIX, início do século XX.

O conhecimento da realidade económica, social e geográfica do território em estudo permite-nos conhecer a realidade grandolense, perceber se este concelho do Litoral Alentejano mantém a ruralidade como a sua principal característica, ou se começa a mostrar marcas de um “meio urbano”.

Como se caracteriza o concelho de Grândola relativamente à sua geografia, economia e população? Que transformações ocorreram? Que consequências tiveram essas transformações na vida das tabernas locais?

⁶ ANDRADE, Pedro de; “*A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas*”, in, *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 33, Outubro de 1991, p. 268.

⁷ RONCAYOLO, Marcel; “*Território*”, in, *Enciclopédia Einaudi*, vol. VIII, Lisboa, IN-CM, 1986, p.263

2.1 A geografia.

No sul do distrito de Setúbal, entre os concelhos de Alcácer do Sal a norte, Santiago do Cacém a sul, e Ferreira do Alentejo a este, encontramos o concelho de Grândola. Com uma área superior a 800 km², uma população de cerca de 14900 habitantes e uma densidade populacional de 17 habitantes por km².

Atendendo à caracterização da geografia física do concelho de Grândola podemos afirmar logo de início que a heterogeneidade territorial é a sua principal característica. Em mais de 800 km² o território em estudo concentra no conjunto das suas cinco freguesias – Azinheira de Barros e São Mamede do Sadão, Carvalhal, Grândola, Melides e Santa Margarida da Serra – uma zona de forte influência do mar (nas freguesias de Melides e Carvalhal), da serra (nas freguesias de Santa Margarida da Serra, Azinheira de Barros e em algumas zonas das freguesias de Grândola e Melides), do montado (presente em todas as freguesias, mas com uma expressão residual na freguesia do Carvalhal), e por último destacar a influência da zona de charneca que se faz sentir na freguesia de Grândola.

Na origem desta heterogeneidade territorial encontramos factores políticos que decorreram entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX. Factores aos quais não é alheia a intervenção de José Jacinto Nunes. Podemos em certa medida afirmar que o concelho de Grândola é uma “construção” sua⁸.

⁸ Se o concelho de Grândola apresenta hoje em dia um carácter heterogéneo, relativamente à sua caracterização geográfica, deve-se às transformações que sofreu no período temporal coincidente com a actividade política de José Jacinto Nunes.

Se os limites do concelho de Grândola se mantiveram estáveis a sul, a este, e a norte, o mesmo não aconteceu a oeste. Até aos primeiros anos do século XX os limites do concelho alternavam ora com o concelho de Santiago do Cacém ora com o Oceano Atlântico. Esta instabilidade territorial ficou a dever-se por um lado à pressão do Município de Santiago do Cacém e dos residentes da freguesia de Melides, por outro à pressão do Município de Grândola, em particular do autarca José Jacinto Nunes.

A importância de José Jacinto Nunes na “construção” do concelho de Grândola tal como o conhecemos hoje ficou a dever-se à sua influência política, que se fazia sentir tanto ao nível local e regional como também ao nível nacional. Apesar de ser um assumido defensor dos ideais republicanos, militante do Partido Republicano Português, esse facto não o impedia de estender a sua influência junto do governo do reino.

Sobre este tema ver NUNES, José Jacinto; *Reivindicações democráticas e outros textos políticos*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2010.

A heterogeneidade territorial deste concelho reflecte-se nas características geológicas e de uso do solo – podemos distinguir três zonas: a bacia do Sado, a faixa litoral e a serra de Grândola.

Mas também se reflecte no clima. Embora este tenha um cunho mediterrânico, com um Verão quente e seco marcado pela “(...) *temperatura elevada, luminosidade forte, grande insolação e carência de chuvas*(...)”⁹ e onde “(...) *o Outono, o Inverno e a Primavera conhecem este tempo perturbado e variável* (...)”¹⁰. Também se faz sentir, com maior vigor na faixa litoral, a influência atlântica onde a “(...) *temperatura é aí mais moderada* (...)”¹¹. É a serra de Grândola o obstáculo a essa influência atlântica noutras zonas do território.

Quanto ao relevo, predominam as áreas de baixa altitude, abaixo de 200 metros, tendo o pico mais alto da serra de Grândola 326 metros na zona da Atalaia. Sobre este tema importa recordar Candeias dos Santos “(...) *a serra de Grândola – paralela ao litoral (...) oferece-nos um relevo de montículos, com os cimos a uma altitude que é sensivelmente a mesma. O flanco ocidental, onde encontramos as maiores altitudes (...) é muito abrupto; o flanco oriental desce suavemente até à serra da Caveira (...) onde o relevo de novo se movimenta e chega a atingir altitudes de 187 metros (Caveira) e 205 (Casa Nova), para em seguida descer levemente na direcção da penaplanície alentejana* (...)”¹².

A heterogeneidade do território faz-se sentir também na flora, na forma na ocupação, e de exploração da terra. Exemplos disso podem ser, os campos de arroz nas freguesias de Melides e Carvalhal, e a adaptação de algumas características da habitação em função do território (embora com menos fulgor que no passado).

⁹ RIBEIRO, Orlando; *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1998, p. 41

¹⁰ Idem, p. 42

¹¹ Ibidem, p. 41

¹² SANTOS, António Candeias; *A freguesia de Grândola – Estudo geográfico*, Junta de Freguesia de Grândola, 2007, pp. 25 - 26

2.2 A população¹³.

Qual o número de habitantes do concelho de Grândola? Qual a evolução do número de habitantes e de fogos no território em estudo? Que factores condicionaram ou favoreceram essa evolução? Como se caracteriza a estrutura etária da população grandolense? Qual a dimensão média das famílias grandolenses? Como se caracteriza o concelho de Grândola no que respeita à alfabetização da sua população?

Através do gráfico número 1, em anexo, observamos a evolução da população residente no concelho de Grândola. Constatamos que entre os censos de 1864 e 1878 se registou uma quebra da população residente superior a mil habitantes. Esta perda populacional ficou a dever-se, em parte, à desanexação da freguesia de Melides.

Todavia entre os censos de 1890 e 1950 a população residente no concelho de Grândola registou um crescimento progressivo, fixando-se a sua população residente em 21375 indivíduos, de acordo com o censo de 1950. Este crescimento ficou a dever-se à melhoria das condições de vida urbana e ao “favorecimento” económico de dois produtos existentes no território – a cortiça e o arroz.

A partir de 1960 assistimos a uma quebra na população residente, menos 315 indivíduos. Mais acentuado foi o decréscimo registado em 1970, com uma perda superior a 6000 habitantes. Na origem desta diminuição da população residente encontramos factores de âmbito nacional como, a guerra colonial, e a vaga de migração para a área metropolitana de Lisboa, ou para países como a França, a Alemanha, o Canadá, entre outros. Mas também a diminuição do fulgor da economia local motivou essa vaga de migrações.

No censo de 1981 verificamos um aumento da população, ultrapassou os 15624 habitantes registados em 1970, fixando-se em 16047 habitantes. Na origem deste facto podemos apontar o regresso dos portugueses residentes nas antigas colónias, e de alguns emigrantes.

Em 1991 registou-se uma nova diminuição da população residente, cerca de 2000 indivíduos a menos. Na origem desta redução populacional estão as dificuldades económicas dos primeiros anos da década de 1980 que, em certa medida, motivaram uma nova vaga de migrações, quer para outros pontos do território nacional quer para o

¹³ Os dados estatísticos apresentados têm por fonte os *Censos* de 1864 a 2011 e a *Rede Social de Grândola – Indicadores do Concelho*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2011.

estrangeiro. Importa referir que neste número também se reflectem as consequências de uma sociedade envelhecida.

No censo de 2001 registou-se um novo crescimento da população residente, fixando-se em 14901 habitantes. Este crescimento da população residente deve-se em parte a dois factores, o regresso de alguns emigrantes naturais do concelho e a mobilidade da população, que por motivos vários se fixou no concelho.

De acordo com os dados preliminares dos censos de 2011 registou-se uma ligeira perda, cerca 50 habitantes.

No mesmo gráfico verificamos a relação entre o número de habitantes por sexo. Podemos constatar que à excepção do ano de 1991, o número de habitantes do sexo masculino foi sempre superior ao número de habitantes do sexo feminino. Referir também que, a partir de 1960 começa a haver uma maior aproximação entre o número de homens e de mulheres residentes no concelho de Grândola.

Outro elemento a ter em conta nesta caracterização da população grandolense é a sua estrutura etária. De acordo com a *Rede Social de Grândola*¹⁴, no ano de 2009 havia 1792 habitantes com idade igual ou inferior a 14 anos, este grupo etário constituía 13% da população residente. Com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos havia 1273 habitantes, constituíam 9% da população residente. 7172 Habitantes tinham idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, formavam 52% da população residente. Os restantes 25% da população residente, correspondiam a 3608 indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos.

O território em estudo tem assim uma população duplamente envelhecida. A cada 2 indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos corresponde 1 indivíduo com idade igual ou inferior a 14 anos.

Esta característica da população grandolense fica a dever-se a um índice de longevidade de 51,6 % em 2009, a uma taxa de natalidade de 9,5 ‰, inferior aos 14,4‰ da taxa de mortalidade¹⁵. A uma taxa bruta de nupcialidade de 3‰ e a uma taxa bruta de divórcio, em igual período (2008), de 2,43‰.

¹⁴*Rede Social de Grândola – Indicadores do Concelho*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2011. (disponível no sitio da Câmara Municipal de Grândola na internet, www.cm-grandola.pt)

¹⁵ Os resultados de ambas as taxas correspondem ao ano de 2008.

Importa ter em conta que no território em estudo predominam as famílias com 2 elementos. Em 2001 havia no referido território 5638 famílias. Destas 1218 eram constituídas por 1 elemento, 21,6% do total; 1954 eram constituídas por 2 elementos, 34,7%; 1284 eram constituídas por 3 elementos, 22,8% do total; 823 eram constituídas por 4 elementos, 14,6% do total, e 359 com 5 ou mais elementos, 6,4% do total das famílias existentes no concelho.

Porém, num concelho duplamente envelhecido surgem alguns indicadores positivos. São exemplos a taxa de mortalidade neonatal e a taxa de mortalidade infantil que no quinquénio 2005/2009 se fixaram em 1,6‰. Mas também o crescimento registado entre 1991 e 2001 referente à percentagem de população que 5 anos antes residia noutro concelho. Este indicador passou dos 5% registados em 1991 para os 8% em 2001.

A alfabetização da população grandolense é outro tema a ter em conta. De acordo com o censo de 2001 o concelho de Grândola tinha 3693 habitantes sem frequência escolar, 5351 habitantes com escolaridade ao nível do 1º ciclo, 1953 habitantes tinham concluído o ensino secundário e 814 habitantes tinham o ensino superior. Porém a taxa de analfabetismo regrediu de 26,9%, registados em 1991, para 20,69% em 2001. A taxa de abandono escolar decresceu, de 13,57%, registados em 1991, fixando-se em 2,87% em 2001.

Para o decréscimo do abandono escolar e da diminuição do analfabetismo contribuiu, em parte, a frequência de cursos profissionalizantes. Em 2009 Grândola registava uma taxa de participação no ensino profissional de 44,1%, mais do dobro da média nacional.

O último tema a considerar é a evolução do número de fogos no território em estudo. Ao termos em conta o gráfico número 2 verificamos que a evolução do número de fogos acompanha o ritmo de crescimento ou de diminuição da população entre 1864 e 1950. Com o censo de 1960 deparamo-nos com a quebra dessa tendência, por oposição ao decréscimo populacional, registou-se um aumento do número de fogos. Mas os censos de 1970 a 2001 mostram-nos que, à semelhança do que se verificou entre 1864 e 1950, a evolução do número de fogos voltou a acompanhar o ritmo da evolução da população residente

Em 2011, de acordo com os dados preliminares do censo desse ano, quebrou-se a tendência de a evolução do número de fogos acompanhar a evolução da população residente. Segundo os dados preliminares dos censos de 2011 o concelho de Grândola tem 12103 fogos. O crescimento do número de fogos deve-se em grande parte a dois factores. Ao “abandono” da residência em zonas rurais do concelho, com o objectivo de se fixarem no principal centro urbano (Grândola). Nesse contexto assistimos ao desaparecimento das várias quintas existentes na periferia da vila de Grândola, que dão lugar a novos bairros. Mas também se deve, em larga medida, ao crescente número de habitações de cariz sazonal, principalmente nas freguesias de Grândola, Melides e Carvalhal.

Entre o ano de 1991 e o ano de 2009 registaram-se as seguintes taxas de variação referente aos alojamentos – 10,6% na freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede do Sadão, 247,7% na freguesia do Carvalhal, 16,6% na freguesia de Grândola, 28,7% na freguesia de Melides e 16,7% na freguesia de Santa Margarida da Serra. Muitos destes alojamentos têm um cariz sazonal. Exemplo disso é a freguesia do Carvalhal que em 2001 registava 362 alojamentos de cariz residencial e 1149 de cariz sazonal.

2.3 A economia.¹⁶

Ao nos debruçarmos sobre a realidade económica do concelho de Grândola verificamos que este sofreu profundas transformações, tendo em conta a sua caracterização até meados da década de 1960/70.

Se a actividade agrícola e tudo o que se relacionava com o mundo rural (sector primário) – silvicultura, criação de gado, etc. – assumiu particular importância na vida económica do concelho de Grândola até meados do quarto quartel do século XX, o mesmo não acontece nos dias de hoje.

A instabilidade política e económica da década de 1970, e dos primeiros anos da década de 1980 deixou marcas profundas. A adesão de Portugal à Comunidade

¹⁶ Os dados estatísticos presentes neste sob capítulo têm por fonte: *Censos de 2001: XIV recenseamento geral da população / IV recenseamento geral da habitação*, Volume V, Lisboa, INE, 2002. *Rede Social de Grândola – Indicadores do Concelho*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2011. AAVV; *Caracterização Sócio – Económica do Litoral Alentejano*, Banco Espírito Santo / Espírito Santo Research, Junho de 2009.

Económica Europeia e o seu envolvimento na Política Agrícola Comum também não constituiu um incentivo duradouro para a exploração agrícola.

Também no sector secundário se verificaram profundas transformações, com maior incidência a partir da década de 1970, em parte pelos motivos acima referidos. As unidades industriais de pequena e média dimensão afectas à indústria da olaria, da preparação e transformação de cortiça e cereais, de produção de azeite, etc., desapareceram em grande parte. Destas unidades industriais restam apenas as memórias, e os edifícios em degradação em alguns casos. Raras vezes estes edifícios foram reutilizados para outras actividades.

Ao mesmo tempo que assistimos a uma diminuição da preponderância dos sectores primário e secundário, verificamos uma crescente terciarização da economia. No ano de 2001, 63% da população activa, empregada, encontrava-se afecta a este sector económico. Num total de 3586 trabalhadores 1586 eram homens e 2000 eram mulheres.

No sector secundário, em igual período, havia 24% da população activa, contando com 1384 indivíduos, destes 1225 eram homens e 161 eram mulheres.

Os 13% de indivíduos com um vínculo laboral relacionado com o sector primário, reflectem a realidade já referida. Dos 724 trabalhadores afectos ao sector primário 552 eram homens e 172 eram mulheres.

Importa também debruçarmo-nos sobre a estrutura etária da população activa do concelho de Grândola. Dos 6284 indivíduos em idade activa, 875 tinham idade igual ou inferior a 24 anos, (486 homens e 389 mulheres). Entre os 25 e os 64 anos concentrava-se o grosso dos indivíduos em idade activa – 5203 trabalhadores, (2956 homens e 2247 mulheres). A população com idade igual ou superior a 65 anos apresentava 206 indivíduos em actividade, (144 homens e 62 mulheres).

As empresas existentes no concelho de Grândola são outro factor a ter em conta na caracterização da economia local. Em 2007 havia no concelho de Grândola 1404 empresas. Destas 1364 empregavam menos de 10 pessoas, 35 empresas empregavam entre 10 e 49 pessoas e apenas 5 empresas detinham mais de 50 trabalhadores. No concelho de Grândola cada empresa tem em média 2 indivíduos ao seu serviço.

Em 1404 empresas cerca de 75% são empresas em nome individual. Estas 1404 entidades geraram em 2007 um volume de negócio de 143,1 milhões de euros, cerca de

metade da média nacional, e as 4 maiores empresas concentraram um volume de negócio de 32,6 milhões de euros, cerca de 6 vezes mais do que a média nacional. Predominam as empresas de pequena dimensão, na sua maioria de origem familiar, e com pequeno dinamismo no que respeita à geração de volume de negócio.

Também a escolaridade dos trabalhadores é um factor a considerar. Em 2008 os trabalhadores por conta de outrem perfaziam um total de 2186 indivíduos. 885 trabalhadores tinham um nível de escolaridade inferior ao 1º ciclo, 228 tinham concluído o 1º ciclo, 420 o 2º ciclo, 157 o 3º ciclo, 237 o ensino secundário e 268 tinham habilitações ao nível do ensino superior. Predomina a mão-de-obra com baixas qualificações. Este factor associado às características das empresas locais e ao dinamismo dos empresários, tem reflexos na economia local e na capacidade desta em gerar emprego.

Sobre o índice de desemprego, no concelho de Grândola, importa referir que em 2010 757 indivíduos encontravam-se inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Cerca de 10% da população activa encontrava-se desempregada.

Muitas das transformações económicas que se registam no concelho de Grândola também se ficam a dever às opções político-económicas dos vários executivos municipais. O concelho de Grândola é um território profundamente marcado pela sua heterogeneidade territorial e com uma forte vocação agrícola. Porém, é o turismo o foco de atenção quanto à política de desenvolvimento da economia local. No concelho de Grândola encontramos 4 Projectos de Interesse Nacional relacionados com o sector do turismo, e todos eles concentrados na faixa litoral – Herdade da Comporta, Herdade do Pinheirinho, Herdade Costa Terra e Troia Resort.

Ao mesmo tempo, alguns proprietários rurais “transformaram” as suas propriedades em unidades de turismo rural, complementando esta actividade com o rendimento da cortiça, e de alguma criação de gado (ovino, bovino e caprino). Em muitos casos, os solos agrícolas e os recursos florestais ficam por explorar. É este um problema da mentalidade dos proprietários locais? Sobre este tema importa recordar Candeias dos Santos que na década de 1950 fez os seguintes comentários “(...) apesar dos proprietários serem senhores de grandes extensões de terra, quando semeavam

cinquenta alqueires de cereal já se consideravam grandes lavradores(...)"¹⁷, "(...) a ausência dos grandes proprietários, que vivem nas cidades e que, das suas propriedades, apenas lhes interessa receber o rendimento da cortiça e da renda (...)"¹⁸.

2.4 A relação do território com as tabernas.

Feito o retrato do território em estudo coloca-se uma questão. Que consequências têm as transformações do território na vida das tabernas?

A relação das tabernas com o território encontra-se nos mais variados campos. Seja nas características físicas da geografia do território, na demografia, na economia, ou nas opções políticas tomadas ao nível local.

As tabernas relacionavam-se com a geografia do território quando a heterogeneidade dos solos proporcionou, até determinado momento, aos frequentadores das tabernas diferentes tipos de vinho produzidos no território. Exemplo dos vinhos produzidos em terras de areia, por oposição aos vinhos produzidos em solos mais rochosos.

A perda de fulgor da agricultura local, e a regulamentação / legislação respeitante à produção vinícola, levaram ao quase desaparecimento da relação entre o taberneiro e o vinicultor / vitivinicultor local. É também um exemplo da relação das tabernas com a economia local e com o poder.

Mas as tabernas também se relacionam com a geografia do território quando se afirmam como “instrumento” de supressão e de combate ao isolamento. Até à poucos anos era comum as tabernas, nos locais mais isolados, prestarem serviços de barbearia, de venda de produtos de mercearia, de recepção do correio dos habitantes locais, e de posto de telefone público.

Também se relacionam com a geografia do território se atendermos às suas características arquitectónicas, e de organização do espaço. Expresso no tipo de construção e na utilização do espaço exterior da taberna.

¹⁷ SANTOS, António Candeias; *A freguesia de Grândola – estudo geográfico*, Junta de Freguesia de Grândola, 2007, p. 51

¹⁸ Idem, p.57

Também se relacionam com a economia e com a demografia do território. O menor ou maior dinamismo da economia do território reflecte-se nos consumos feitos pelos frequentadores das tabernas.

Mas a vitalidade económica, ou a falta desta, nas tabernas também pode ter a sua origem em factores de cariz demográfico. A diminuição populacional de determinado território pode levar ao encerramento, assim como a não renovação da geração de frequentadores destes espaços.

As tabernas também se relacionam com a política, quando opções políticas são discutidas nestes espaços. Quando os políticos se fazem aparecer nas tabernas e quando o taberneiro, em algum momento, “toma partido”.

A relação com a política também se desenvolve quando o poder local toma opções que afectam a economia local e o seu dinamismo, ou quando optam por promover a cultura popular, a gastronomia e as tabernas como marca de um território tendo em vista a dinamização do território através do turismo.

Ao olharmos para o território em estudo verificamos que este está em transformação. As alterações políticas e económicas produzidas nas últimas décadas começam a ter consequências na mentalidade, e nos hábitos de quotidiano da população. Estes aproximam-se cada vez mais dos de uma população urbana¹⁹.

Ao mesmo tempo verificamos que se perdem algumas tradições e marcas da cultura de uma comunidade. As tabernas podem ser o exemplo a ter em conta. Por um conjunto de factores, que abordaremos mais adiante, verificamos que estes espaços tendem em descaracterizar-se, deixando de ser tabernas, ou a encerrar.

Porém, estes espaços, fazendo uso da política local, podem afirmar-se na sua vertente cultural, como elemento de identidade de uma comunidade, sem com isto descuidar a sua vertente económica. Isto pode decorrer assente em três pilares – a valorização da gastronomia local, a valorização da memória, e a valorização cultural do território.

¹⁹ Sobre o tema o da mudança social ver RAMOS, Francisco Martins; *Breviário Alentejano*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006, p. 38

Esta valorização da taberna na sua vertente cultural e identitária pode funcionar como uma forma de alavancar a dimensão económica destes espaços. O envolvimento do poder local pode decorrer através do auxílio ao taberneiro na resolução das adversidades que se colocarem durante o processo de valorização.

3. A memória colectiva e as tabernas.

Ao entendermos a memória como a “consciência colectiva” ao longo do tempo, e que esta consciência nos permite fazer a distinção entre o passado e presente, que se revela de particular importância para a nossa concepção de tempo. Verifica-se que a memória e o reconhecimento desta é de capital importância para a comunidade. A ausência destas duas premissas pode ser a “(...) *fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade colectiva* (...)”²⁰.

Tendo em conta que, no que respeita ao reconhecimento da memória local relativa à taberna, e ao que com esta se relaciona pouco se tem feito, procuramos assim dar um contributo para esse reconhecimento.

Somos assim obrigados a “mexer ” na memória da comunidade local. Junto desta deparamo-nos com posições antagónicas. Aqueles que recordam as tabernas de outros tempos com saudade, e os que guardam destas um sentimento de amargura, de rejeição de uma realidade. Porém guardam uma memória destes espaços e da sua influência.

3.1 A relação da taberna com a economia local.

Ao percorrermos as memórias da relação entre a taberna e a economia local, somos obrigados a alargar o campo de relações a um outro elemento de particular importância para a vitalidade da taberna – o vinho. Qual foi a importância do vinho para o concelho de Grândola?

²⁰ LE GOFF, Jaques; “*Passado / Presente*”, in, Enciclopédia Einaudi, Volume I, Lisboa, INCM, 1984, p.

Na obra *As posturas: dos anos de seiscentos à república*²¹, o investigador local Manuel de Almeida dá-nos a conhecer uma realidade que perdurou até meados do século XIX / XX mas que ainda permanece no imaginário de alguns habitantes locais.

Através das transcrições das posturas locais referentes aos séculos XVII e XVIII, apercebemo-nos da importância que o cultivo da vinha e a comercialização do vinho tinham para o concelho de Grândola. A vedação das vinhas da várzea de Grândola com tapigos de taipa, a regulamentação da circulação de animais e da reparação dos tapigos, assim como a instituição de guardas às vinhas²², estes sujeitos a juramento e a regras que regulamentavam os seus períodos de ausência, constituem elementos reveladores da importância que a vinha tinha para a economia local. Outro elemento que reforça a importância económica do vinho, é a limitação imposta pela Câmara Municipal relativamente à entrada de vinho no concelho²³. Esta limitação permitia aos produtores locais garantirem o mercado local como destinatário de parte da sua produção. Era assim possível garantir o destino de parte da produção com a “uva ainda na videira”.

A relação entre a comercialização do vinho, e o poder local perdurou até meados dos anos 40 do século XX, através do tabelamento do preço do vinho, tema que abordaremos mais adiante.

Uma vez que, a taberna se caracteriza por ser uma actividade económica que tem o vinho como principal produto comercializado, as tabernas constituíam um garante de negócio para os produtores locais. Neste quadro importa referir outra realidade, os vitivinicultores. Era comum a existência de alguns produtores locais que, para além de produzirem também comercializam o vinho por si produzido nas suas adegas, vendas ou mercearias.

²¹ ALMEIDA, Manuel Costa Gaio Tavares de; *As posturas: dos anos de seiscentos à república. Subsídio para uma monografia V*, Câmara Municipal de Grândola, 2007

²² Idem, pp. 39 - 41

²³ “(...) nenhuma pessoa de qualquer qualidade q. seja possa emtruduzir nesta Va. e Seu trº. Sem Licença da Camara Vinho algum de fora nem mostro, nem uuas por negociação para dellas fazer mostro penna de Seis mil Reis pagos da Cadeya por cada vez que o fizerem, a introdussão dos dº.s generos; ficando estes perdidoz e applicados ao arbítrio da camera pª. Obras pias; E nas mesmas pennas emcorrerão as pessoas q. nesta Vª. e Seu Termo o Recolherem (...)” Idem, p. 85

Desta realidade, hoje inexistente, resistem alguns edifícios com adegas particulares no rés-do-chão, ou em espaços contíguos à residência do produtor, localizados na zona mais antiga da vila de Grândola.

Todavia a relação da taberna com a economia local não se limita ao vinho. A caça e os produtos hortícolas são outros elementos a ter em conta, e que ainda hoje se relacionam com a taberna.

O caçador sazonal que vendia determinada peça de caça ao taberneiro para a confecção de determinado petisco, ao praticar o acto da venda da peça de caça revela, com esta prática, uma forma de obter um rendimento extra.

Situação idêntica acontece na relação entre o taberneiro e o pequeno produtor agrícola. O pequeno produtor agrícola, na maioria das vezes frequentador da taberna, que praticava uma agricultura de subsistência encontrava na taberna um foco de escoamento do excedente da sua produção. Mediante a quantidade e a qualidade do produto comercializado se definia, entre produtor e taberneiro, a relação de pagamento. Podia esta relação ser feita através do pagamento em moeda, ou em muitos casos através de alimentos confeccionados – o petisco – ou em vinho. A taberna “ressuscitava” assim a economia de troca. Este tipo de trocas constituía um elemento de fortalecimento da relação entre taberneiro e produtor agrícola que se reforça com o tempo e com a continuidade desta prática.

A relação da taberna com a economia local também dependia da capacidade da economia local / regional. O dinamismo e a capacidade geradora de emprego dessa economia eram factores que influenciavam, e continuam a influenciar a viabilidade da taberna. Sobre este tema recordemos dois exemplos, em períodos cronológicos distintos.

A partir da leitura e análise dos livros de *Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*²⁴, constatamos que nas aldeias mineiras do Lousal e Caveira floresciam os locais de venda de vinho e outras bebidas alcoólicas. Situação semelhante acontecia na vila de Grândola. Coincidiu este crescimento do número de locais de venda pública de vinho com o desenvolvimento da indústria local – minas, cortiça, etc.-, e com a melhoria das acessibilidades através da introdução do caminho-de-ferro.

²⁴ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros das Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*, 02.01.1915 a 28.12.1921.

O outro exemplo a ter em conta resulta do testemunho da Sra. Bertília Pereira e do seu marido, proprietários de uma taberna no sítio dos Mosqueirões. De acordo com os seus testemunhos, a intensidade com que se fizeram sentir as dificuldades económicas na região, em meados da década de 1970, obrigaram-nos a repensar a viabilidade da taberna. A mudança para a região de Lisboa e o arrendamento da taberna foi a solução encontrada.

A relação da taberna com a economia local entronca assim na sustentabilidade da economia local e regional.

3.2 A memória social das tabernas.

A abordagem às memórias de taberneiros e frequentadores da taberna, é complementada com informações obtidas a partir de documentação consultada no Arquivo Municipal de Grândola. Estas informações permitem-nos alargar o espaço temporal até aos primeiros anos do século XX, e abordar outros temas como a relação da taberna com o jogo, o crime e a prática da prostituição.

Das memórias de taberneiros e frequentadores de tabernas fazem parte os mais variados tipos de recordações.

A época das vindimas e o São Martinho são recordados com saudade por alguns taberneiros, que outrora produziam o vinho que vendiam no seu estabelecimento, ou que participavam na vindima de pequenos vinicultores da região. Também os “profissionais da taberna”, com uma relação de maior proximidade com o taberneiro, recordam este período através das tropelias cometidas e do convívio proporcionado.

As tabernas e as vendas, hoje desaparecidas, também fazem parte da memória de muitos. Os vários espaços dispersos pelo território são recordados pelo dinamismo que provocavam nas zonas mais isoladas do território. Para além do convívio que as tabernas e as vendas proporcionavam em zonas mais isoladas, como a Serra de Grândola, estes espaços garantiam aos residentes, desta zona do concelho, o fornecimento de alguns serviços.

Os passatempos praticados nas tabernas como os jogos de cartas²⁵ (bisca, sueca, etc.), a malha, o paulito ou o cante alentejano, também são recordados. Destes são

²⁵ Quando questionados sobre os jogos de cartas a dinheiro, vulgo “batota”, os inquiridos remetem-se ao silêncio, respondendo com um sorriso.

recordados o mau perder de alguns frequentadores, e alguns jogos guardados em espaços empoeirados.

As más práticas de gestão da taberna também são recordadas por alguns frequentadores. A adulteração do vinho e o temperamento intempestivo de alguns taberneiros são as más recordações que deixaram uma marca mais profunda.

É perceptível a influência que as vivências familiares e da juventude tiveram nos actuais taberneiros. Muitos dedicaram-se à taberna por influência familiar. Alteraram em poucos aspectos o estilo de vida que conheceram dos pais ou avós, desde os primeiros anos de vida. É igualmente perceptível nas palavras dos taberneiros e frequentadores as saudades provocadas pelos espaços encerrados. Assim como o receio que os espaços ainda existentes venham a encerrar. Este sentimento é reforçado quando alguns frequentadores assumem a taberna como “a sua casa”. Na origem deste receio está a doença ou a idade avançada do proprietário da taberna, que muitas vezes significa o encerramento de uma taberna.

Um negócio masculino por vocação, que tem o vinho e a personalidade do taberneiro por pilares, a taberna sempre foi um espaço onde o elemento masculino, com o auxílio do vinho, dá largas à sua personalidade. Desta caracterização das tabernas o elemento feminino é quem guarda as recordações mais amargas. O dinheiro gasto em vinho, que depois faltava para fazer face a outras necessidades, associado à violência dos actos e das palavras constituíam factores de desordem do lar.

Mas a “memória social” da comunidade também se revela através da documentação existente no arquivo municipal. A partir da documentação consultada podemos, para períodos mais recuados, relacionar a taberna com temas que dificilmente são abordados por taberneiros e frequentadores – a prostituição, o jogo e o crime.

A partir da leitura e análise do *Livro da Relação das Meretrizes*²⁶ com residência temporária na vila de Grândola (1882 - 1938), identificamos cerca de duas dezenas de locais onde residiram meretrizes (quadro 1 em anexo). Cruzando as informações obtidas a partir deste livro com o *Livro de Ocorrências Policiais*²⁷ no Concelho de Grândola (1905 - 1909), com os livros da *Correspondência Expedida para o Interior do*

²⁶ Arquivo Municipal de Grândola, *Livro da Relação das Meretrizes*, 26.08.1882 – 09.07.1938.

²⁷ Arquivo Municipal de Grândola, *Livro das Ocorrências Policiais*, 04.02.1905 – 28.07.1910.

*Concelho*²⁸ (1900 - 1910) e com os livros de *Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*²⁹ (1915 - 1920), conseguimos identificar: a localização das meretrizes, os crimes cometidos e o local onde ocorreram, os seus autores e as vítimas e a localização das tabernas, das vendas, das estalagens, etc..

Com o recurso a quadros de análise e ao mapa da vila (mapa 3 em anexo) fizemos o cruzamento destes dados. Constatámos que vários espaços de venda pública de vinho se localizavam no mesmo local, ou em ruas próximas, onde residiam as meretrizes. Zonas do território onde eram comuns as rixas e os desacatos.

Que relação existia entre a taberna e as meretrizes? Seriam algumas tabernas um disfarce para favorecer a prostituição? Seria a localização de tabernas, vendas e estalagens, nesta zona do território, uma coincidência com a residência das meretrizes? Por motivos diversos, não temos respostas para todas as questões apontadas. Porém, podemos dizer que, à época os locais de residência das meretrizes ficavam na periferia da vila de Grândola, coincidindo com alguns dos principais eixos rodoviários (a estrada de Santiago e a estrada de Ferreira).

No jornal “*O Grandolense*”, de 25 de Agosto de 1925, a redação assinava uma nota³⁰, na primeira página, onde condenava a existência das muitas tabernas clandestinas por estas serem causa de discórdia e miséria.

O jogo é outro tema que se relaciona com a taberna³¹. O mesmo artigo do jornal “*O Grandolense*” que condena as baiucas com as suas “negaças”, condena também a

²⁸ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros da Correspondência Expedida para o Interior do Concelho*, 02.01.1900 – 29.12.1900, 03.01.1901 – 31.12.1901, 03.01.1902 – 30.12.1902, 02.01.1903 – 31.12.1903, 04.01.1904 – 29.12. 1904, 02.01.1905 – 30.12.1905, 02.01.1906 – 27.12.1906, 03.01.1907 – 25.09.1907, 04.01.1908 – 13.04.1909, 14.04.1909 – 04.08.1910.

²⁹ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros das Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*, 02.01.1915 a 28.12.1921

³⁰ “(...) Dizem-nos existirem em determinados pontos da vila bastantes baiucas desta natureza – verdadeiros coios – onde pela calada da noite e até em pleno dia! Se bebe e joga à larga não lhe faltando também as respectivas “negaças” de atracção aos papalvos, que depois de depenados convenientemente procuram o lar doméstico para onde levam a discórdia e a miséria em vez do pão que falta. Para este grave assunto chamamos nós a atenção das autoridades competentes (...)”

“*O Grandolense*”, n.º 31, Ano 1, 25 de Agosto de 1925, p.1

prática do jogo. Entenda-se que o jogo é condenável quando envolvia dinheiro. O que fazia com que esta prática fosse proibida através das posturas locais, e de editais lavrados pelo administrador do concelho.

A combinação do consumo de álcool, com o jogo a dinheiro podia revelar-se uma mistura explosiva, uma vez que o mau perder ou a “batota” de um dos jogadores poderia pôr em causa a ordem pública³².

Mas o consumo de álcool, *per si*, já poderia ser considerado um elemento potenciador de desordem. Tendo em conta que as tabernas, as vendas e as estalagens eram até meados da segunda metade do século XX o grosso dos estabelecimentos de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas, estes estabelecimentos, em certa medida, têm uma relação com a pequena criminalidade: as rixas, as agressões, a desordem, a embriaguez, etc..

Relativamente à criminalidade as informações obtidas (quadro 2 em anexo), a partir das fontes acima referidas, mostram-nos o seguinte quadro para o período compreendido entre 1900 e 1909: a criminalidade relacionada com as tabernas tem um índice de ocorrência relativamente baixo. As ocorrências, na sua maioria, têm lugar em ruas próximas das vendas e tabernas³³. A vila de Grândola é o local com mais ocorrências. Alguns dos autores dos crimes incorrem repetidamente nas mesmas práticas.

³¹ “(...) jogando-se nas tabernas, onde «muitos homens (...) perdem salários da semana ou a solda de mês» (...)”. José da Silva Picão citado na *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2011, p 342

³² No Edital lavrado pelo Administrador do Concelho, António dos Santos Alhinho, a 18 de Agosto de 1923 dava-se conhecimento público das punições sobre jogadores de jogos de azar ou fortuna. “(...) *Faço saber que na área deste concelho, são expressamente proibidos, todos os jogos de azar. Todo o jogador que se sustentar do jogo, fazendo dele a sua principal agência, será julgado e punido como vadio. O que for achado jogando jogo de fortuna ou azar, será punido com pena de repreensão, e no caso de reincidência, com a multa conforme determina a lei. (...)*”. Arquivo Municipal de Grândola, *Livro de Registo de Editais*, Maio de 1909 – Setembro de 1926, fl.85 v.

³³ Apesar de as ocorrências estarem registadas como tendo tido lugar em zonas próximas das tabernas há dois motivos para relacionarmos estas com as tabernas: a embriaguez, referida nos registos de ocorrências; por outro lado a prática de os taberneiros não permitirem desordem e desacatos no espaço da taberna, convidando o(s) frequentador(es) a sair(em) da taberna.

Quanto às armas utilizadas constatamos que, apesar de a navalha ser um objecto muito utilizado pelos frequentadores das tabernas, não se revela como a principal arma utilizada pelos desordeiros. A palavra associada à embriaguez constituía a “arma” mais utilizada na prática destes pequenos crimes. Quanto ao tipo de crimes constatamos que, a desordem e a embriaguez em local público eram os crimes com mais ocorrências.

Tudo isto fazia com que as tabernas fossem “(...) consideradas no discurso oficial, como um lugar de perversão e uma ameaça para a ordem moral e social (...)”³⁴.

3.3 A relação da taberna com a autoridade e o poder político.

Com recurso às fontes de arquivo é possível estabelecer uma relação entre as tabernas e outros espaços de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas, com a autoridade e o poder político. Esta relação pode ser abordada a partir do vinho e dos interesses locais por este despoletado³⁵. Através da regulamentação municipal sobre o funcionamento destes espaços³⁶, dos impostos municipais³⁷ e dos ilícitos cometidos por proprietários e frequentadores³⁸.

As tabernas eram em determinados círculos consideradas como locais de perversão da moral e dos costumes. Mas eram ao mesmo tempo um mal necessário

As informações obtidas através da leitura e análise do *Livro dos Termos dos Preços dos Cereais e Lançamento Anual dos Preços dos Bens (1831 - 1920)* e do *Livro do Lançamento Anual dos Preços dos Bens (1921 - 1943)* constatámos o seguinte. A intervenção directa do município na fixação do preço do vinho, por almude ou a partir

³⁴ VAQUINHAS, Irene; “O alcoolismo e outros vícios”, in, História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea, Circulo de Leitores, Lisboa, 2011, p 347

³⁵ Arquivo Municipal de Grândola, *Livro dos Termos dos Preços dos Cereais e Lançamento Anual dos Preços dos Bens*, 15.08.1825 – 28.12.1920. Arquivo Municipal de Grândola, *Livro do Lançamento Anual dos Preços dos Bens*, 16.08.1921 – 10.12.1943.

³⁶ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros de Registo de Editais*, 1893 – 1909 e Maio de 1909 – Setembro de 1926.

³⁷ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros das Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*, 02.01.1915 – 05.04.1917, 06.04.1917 – 01.10.1918 e 02.10.1918 – 28.12.1921.

³⁸ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros da Correspondência Expedida para o Interior do Concelho*, 02.01.1900 – 29.12.1900, 03.01.1901 – 31.12.1901, 03.01.1902 – 30.12.1902, 02.01.1903 – 31.12.1903, 04.01.1904 – 29.12. 1904, 02.01.1905 – 30.12.1905, 02.01.1906 – 27.12.1906, 03.01.1907 – 25.09.1907, 04.01.1908 – 13.04.1909, 14.04.1909 – 04.08.1910.

de 1881 por decalitre, “pervigília” os interesses dos proprietários locais. A partir das actas podemos identificar o mecanismo de fixação de preços.

No primeiro, segundo, ou terceiro trimestre do ano o executivo municipal auxiliado por dois informadores fixava o preço de vários géneros, incluindo o vinho. Os informadores eram normalmente proprietários locais, raras vezes comerciantes ou industriais, à semelhança de alguns elementos do executivo municipal. Ao observarmos a composição do executivo municipal e os informadores nomeados, nos diferentes anos, verificamos que alguns dos informadores foram, ou vieram a ser, membros do executivo municipal. Em alguns casos há laços familiares entre os membros do executivo municipal e os informadores nomeados.

O preço dos géneros mostra-se irregular ao longo dos vários anos, com subidas e quebras acentuadas que se sucedem em curtos espaços de tempo. Em princípio o tabelamento do preço do vinho seria feito em função da produção ou de uma estimativa daquilo que se previa que viesse a ser a produção vinícola. Porém é possível verificar na margem das actas anotações a lápis com os preços que vieram a ser fixados no ano seguinte.

É possível uma concertação de interesses? É possível, uma vez que alguns membros do executivo municipal, informadores, alguns administradores do concelho, regedores de freguesia e substitutos, e outros indivíduos próximos do círculo do poder local eram vinicultores ou vitivinicultores. Em alguns casos detinham estabelecimentos de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas.

As tabernas e outros estabelecimentos similares eram assim um mal necessário, uma vez que “garantiam” a comercialização do vinho produzido no concelho.

Se as tabernas, vendas e outros locais públicos de venda de vinho e outras bebidas alcoólicas eram, por um lado, focos de escoamento da produção vinícola local, eram por outro lado focos causadores de desordem e uma ameaça à ordem pública, tendo em conta o “mau beber” de alguns dos seus frequentadores. Havia assim, por parte do município, uma necessidade de regulamentar o funcionamento destes espaços.

Através do código das posturas municipais regulamentava-se o horário de funcionamento das “(...) tabernas e quaisquer outros estabelecimentos onde se venda vinho e outras bebidas alcoólicas, [estes não podiam] estar abertos nem ter gente estranha depois da hora de recolher, isto é depois das 9 horas da noite de 14 de

Setembro a 3 de Maio e depois das 10 horas da noite no resto do ano, sob pena de 2\$000 réis de multa ao dono da taberna ou estabelecimento(...)”³⁹.

A esta regulamentação ao horário das tabernas foram acrescentadas excepções: a noite de natal, os dias de carnaval, os dias de celebração de Santo António, São Pedro e São João, os dias da feira anual, os feriados de 1 de Dezembro e 4 de Julho, assim como outros festejos e regozijos públicos.

Às limitações no horário acrescentaram-se outras proibições⁴⁰ – a permanência de menores, excepto se acompanhados de familiares, de tutores ou se ali fossem fazer compras ou recados; a venda de bebidas alcoólicas a indivíduos embriagados, assim como a sua entrada e permanência no estabelecimento. Mas as proibições impostas pelo poder local, em alguns casos por influencia do poder central, estenderam-se também à abertura de novas tabernas “(...) *É proibida a instalação de novos estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas a copo em local que diste menos de 500 metros de outro estabelecimento da mesma natureza e 200 metros das escolas e edifícios públicos(...)*”⁴¹.

O incumprimento destas proibições estavam sujeitas a coimas que variavam entre os 50\$ e os 300\$, a pena de prisão até 10 dias e o encerramento do estabelecimento. As duas últimas eram mais comuns nos casos de reincidência.

A relação da taberna com o poder local também se revela através dos impostos. A vitalidade económica da taberna revelava-se benéfica para a fazenda do município. Quanto mais vinho e outras bebidas alcoólicas os proprietários dos estabelecimentos manifestassem junto da fazenda para a venda ao público, maior era a receita arrecadada pela fazenda do município, através do imposto municipal sobre o vinho e outras bebidas.

A manifestação de vinho, ou outras bebidas alcoólicas, para a venda ao público era também uma forma de as autoridades locais identificarem as tabernas clandestinas, e

³⁹ *Código das Posturas Municipais*, 16 de Março de 1876, fac-similado na obra *As Posturas: dos anos de seiscentos à república*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2007, p. 279

⁴⁰ Arquivo Municipal de Grândola, Livro de *Registo de Editais*, Maio de 1909 a Setembro de 1926, Edital de 18 de Março de 1926, fls. 91v. e 92.

⁴¹ *Idem*, fl. 91v.

os taberneiros que procuravam obter maior rentabilidade do vinho, recorrendo a práticas menos honestas⁴².

Constatamos assim que, a relação entre as tabernas e o poder / autoridade local aproxima-se de uma relação bipolar. Por um lado as tabernas revelavam-se necessárias para o escoamento de parte da produção vinícola local. Permitiam que alguns produtores locais conseguissem uma maior rentabilidade da sua produção vinícola, evitando os intermediários. Contribuíam para o enriquecimento dos cofres municipais, através dos impostos indirectos. Por outro lado mostravam-se, para as autoridades locais, como um foco de instabilidade da ordem pública, um local de perversão e uma ameaça à moral social.

Se até à I República as tabernas eram o principal local de convívio para os grupos sociais menos abastados, com o Estado Novo surge uma preocupação em “esvaziar” as tabernas. Através da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, dos sindicatos laborais e da criação das Casas do Povo, o Estado Novo demonstra uma preocupação com os tempos de ócio dos trabalhadores, evitando assim a insubordinação e as ideias incómodas ao regime.

3.4 A relação da memória com a taberna.

Como se relaciona a memória com a Taberna?

Ao entendermos a taberna na sua vertente social e cultural, constatamos que estas detêm um potencial por explorar.

Se associarmos a taberna à “cultura do vinho”, sem grandes alterações, estes espaços podem funcionar como “equipamentos culturais” destinados a frequentadores não habituais. Esta relação pode ser explorada através da literatura, com recurso a tertúlias; do vinho, através de provas de vinho produzido no território em que se insere a taberna; ou da fotografia, recorrendo a pequenas exposições que nos permitem conhecer

⁴² A 22 de Abril de 1901 o administrador do concelho, Júlio Palmeirim, escreveu ao escrivão da fazenda. “(...) *A bem da ordem pública n'este concelho venho rogar a V. Ex. se digne a fornecer-me por escripto o seguinte esclarecimento.*

Muito convém saber, n'esta administração, se Luiza, moradora em Valle de Freixo, tem ultimamente manifestado vinho, ou bebidas alcoólicas, para venda e qual a data do último manifestado (...)”

Arquivo Municipal de Grândola, *Livro de Correspondência expedida para o interior do concelho*, 03.01.1901 – 31.12.1901, fl. 11 v.

a evolução da taberna. Realizar estas actividades numa taberna é uma forma de romper com a “formalidade” de alguns destes actos e dar á taberna outra dimensão.

Proporcionar o conhecimento de objectos, de cariz etnográfico, que fazem parte do quotidiano da taberna, pode ser outra forma de potenciar a dimensão cultural destes espaços.

A cultura popular seja através do cante, da poesia popular, ou dos passatempos da taberna, para além da sua vertente cultural permitem a valorização social da taberna. Esta valorização decorre a partir do lazer e do reforço dos laços sociais entre frequentadores e taberneiros.

Incutir nas tabernas algum dinamismo que reforce a sua dimensão cultural e social tem como consequência directa uma quebra / ruptura do ritmo da taberna. A quebra desse ritmo deve ser feita de forma controlada, de modo a não provocar o afastamento dos frequentadores habituais desse espaço. Ao mesmo tempo essa alteração no ritmo da taberna permite uma abertura desse espaço a outros frequentadores. Essa abertura, por sua vez, pode funcionar como um “veículo” potenciador da renovação da geração de frequentadores.

A relação da memória com a taberna também se pode desenvolver a partir do seu envolvimento com a memória histórica. Esta relação pode desencadear-se a partir do recurso a fontes históricas, e às memórias de taberneiros e frequentadores (a taberna como espaço de produção de memória⁴³). Dessa relação é possível compreender o papel que as tabernas representam nas vertentes económicas e sociais de uma determinada comunidade.

O envolvimento da taberna com a memória permite-nos identificar as “rupturas e permanências” que ocorreram na “vida” das tabernas ao longo do tempo. Neste contexto, e de acordo com o que referimos no capítulo anterior (envolvimento do poder local na valorização das tabernas), o poder local pode prestar auxílio aos taberneiros, tendo em vista a não descaracterização destes espaços, reforçando a sua vertente cultural e etnográfica.

⁴³ Sobre o tema da memória em espaço rural ver: SOBRAL, José Manuel; “*Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural*”, in, *Análise Social*, vol. XXX, 1995, pp. 289 – 313.

4. As tabernas, os taberneiros e o “ciclo da taberna”. A actualidade das tabernas do concelho de Grândola.

Se em tempos não muito distantes as tabernas se caracterizavam por ser o local de convívio de eleição, onde beber o vinho despertava outros laços de sociabilidade, o mesmo não acontece nos dias de hoje com igual fulgor.

A partir da obra *Tabernas – percursos na memória do concelho de Grândola*⁴⁴, constatamos que a maioria das tabernas fotografadas desapareceu. Apesar de (re)aparecerem outras tabernas existe um saldo negativo entre o número de novas tabernas e o número de tabernas encerradas.

Ao percorrermos o território e frequentarmos as tabernas deparamo-nos com alguns factores que condicionam a viabilidade destes espaços. São exemplo disso: a idade avançada da maioria dos taberneiros, a difícil “transição” geracional de frequentadores, e por último a tendência destes espaços em descaracterizarem-se. Este último é aquele que acarreta consequências mais negativas no futuro imediato das tabernas.

Importa assim recentrar a taberna, quanto à sua viabilidade económica, cultural e identitária. Para tal, é necessário fazer o percurso / ciclo da taberna. Qual a origem da taberna e dos seus proprietários? Qual a relação da taberna com o espaço em que se insere? Quem são os seus frequentadores? Como se caracteriza a organização e utilização dos vários espaços da taberna? Qual a origem do vinho? Quais os petiscos presentes na taberna? Qual a rentabilidade económica da taberna? Que passatempos se praticam? Quais os “rituais” desenvolvidos por frequentadores e “profissionais” da taberna?

4.1 As tabernas e os taberneiros.

Ao percorrermos o território e recordarmos as memórias partilhadas por taberneiros e frequentadores, assim como as leituras das fontes de arquivo, constatamos que as tabernas são cada vez menos, e que têm vindo a perder preponderância no quotidiano local. Porém nem sempre foi assim.

⁴⁴ RODRIGUES, José Manuel; *ibidem*.

A leitura e análise dos *Livros de Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*⁴⁵ dá-nos acesso à localização dos vários estabelecimentos e ao nome dos vendedores de vinho e outras bebidas alcoólicas ao público entre 1915 e 1920. A partir da análise desta fonte identificamos uma tendência de crescimento destes espaços (quadro 7 em anexo).

Em cinco anos o número destes estabelecimentos triplicou, de 28 estabelecimentos em 1915 passou para 93 em 1920. Se fizermos a distribuição por freguesias, vemos que esta tendência não é comum a todas as freguesias, revela-se irregular nas freguesias de Azinheira de Barros, Melides e Santa Margarida da Serra, ao mesmo tempo que se revela sustentada na freguesia de Grândola.

Apesar de os números reportados no referido quadro contemplarem, para além das tabernas, outros estabelecimentos – vendas, cafés, estalagens, etc. – há motivos, alguns dos quais abordados no capítulo anterior, para a inclusão destes dados no presente trabalho. São eles os hábitos e costumes da sociedade da época, a relação do poder local com as tabernas e a distribuição dos estabelecimentos pela população. Para uma população residente de 11159 habitantes em 1920 temos uma média de 1 estabelecimento para cada 100 habitantes. Atendendo às mentalidades, hábitos e costumes da época, destes 100 habitantes excluímos a população infantil e parte da população adulta do sexo feminino. Ficamos assim com uma média reduzida a pouco mais de metade.

Se a realidade local era esta entre 1915 e 1920 que, com mais ou menos variações, se perpetuou até meados da década de 1970/80, segundo taberneiros e frequentadores, o mesmo não se verificava no final da década de 1990.

Em 1997/8 José Manuel Rodrigues fotografou 13 das tabernas do concelho de Grândola⁴⁶: a Adega Baguinho, a Taberna do Agostinho, a Taberna do Campaniço, a Taberna do Diabrória, a Casa de Pasto 2 Irmãos, a Taberna da Figueira Preta, a Taberna do Joaquim Daniel, a Taberna do Joaquim da Murcha, a Taberna do Tanganhal do Outeiro, a Taberna do Palhotas, a Taberna do Vale da Cobra, a Taberna do Verga a Mola e a Taberna do Viso.

⁴⁵ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros das Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*, 02.10.1918 – 28.12.1921

⁴⁶ RODRIGUES, José Manuel; *Idem*.

Também no final da década de 1990, por ocasião do colóquio *Coisas do Vinho*, o município de Grândola identificou⁴⁷, para além das 13 tabernas já referidas, mais 11 estabelecimentos: a Taberna do Pestana, a Taberna da Beatriz, o Justense, a Taberna do Zé Bom, a Taberna da Edeme, a Taberna da Água Derramada, a Taberna do Mandingas, a Taberna da Odília, o Retiro dos Marialvas, a Tasca do João e o Cantinho da Igreja. No final da década de 1990 existiam em Grândola 24 tabernas.

A realidade é diferente nos dias que correm. Das tabernas identificadas pelo município “resistem” 5, das quais 3 estão descaracterizadas e das tabernas fotografadas por José Manuel Rodrigues restam apenas 4, sendo que uma tem um funcionamento sazonal.

Na origem do encerramento das tabernas está: a idade avançada dos taberneiros, os problemas de saúde, a morte, as acções de fiscalização levadas a cabo pelas autoridades, as mais variadas questões do foro familiar, etc.. Sob estes motivos encerraram as seguintes tabernas: a Adega Baguinho, a Taberna do Campaniço, a Taberna do Diabrória, a Taberna do Joaquim da Murcha, a Taberna do Joaquim Daniel, a Taberna do Tanganhal do Outeiro, a Taberna do Palhotas, a Taberna do Viso, a Taberna do Vale da Cobra, a Taberna do Pestana, a Taberna do Zé Bom, a Taberna da Água Derramada, a Taberna da Odília e o Retiro dos Marialvas.

Em funcionamento continua: a Taberna do Mandingas (hoje Taberna do Guerreiro), a Casa de Pasto 2 Irmãos (hoje Casa de Pasto Júlio Rosário), a Taberna do Agostinho, a Taberna da Figueira Preta, a Taberna da Beatriz e a Taberna do Verga a Mola (esta última com funcionamento sazonal).

Entre o final da década de 1990 e o início da década de 2010 surgiram outros espaços, mas também houve outros que não integraram qualquer levantamento. São eles: a Taberna dos Mosqueirões, o Marcelino – vinhos e petiscos, o Café de Cima / Café do Luís, a Casa Dimas e a Mercearia do Tavares.

Em funcionamento mas descaracterizadas na organização do espaço, na decoração ou na sua forma de gestão estão: a Tasca do João, o Cantinho da Igreja e o Justense.

O nosso levantamento integra as seguintes tabernas:

⁴⁷ *As tabernas no concelho de Grândola*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2000.

- *Taberna do Guerreiro*. Com cerca de 45 anos de existência a *Taberna do Guerreiro* localiza-se na aldeia de Água Derramada, tem por proprietário Armando Guerreiro de 55 anos.

Ex-motorista, Armando Guerreiro herdou do pai a outrora *Taberna do Mandingas*, conhecida até há algum tempo pelo vinho produzido pelo taberneiro para consumo na taberna. O senhor Armando sucedeu ao pai no ofício de taberneiro por meados do ano 2000, pondo assim em prática os conhecimentos de gestão da taberna que conhece desde a adolescência. Em paralelo explora a mercearia anexa à taberna.

- *O Marcelino – vinhos e petiscos*. Marcelino Henriques e Maria Luísa Estevão, ambos com 72 anos, adquiriram em 1974 a taberna que tem hoje o nome do proprietário. A aquisição da taberna permitiu ao casal deixar a vida de assalariados agrícolas e “... governar a vida ...”⁴⁸ de maneira diferente, a partir de uma actividade da qual conheciam as práticas de gestão. Hoje conciliam a vida na taberna com a exploração da mercearia anexa à taberna e com o tempo passado na horta que também fica na aldeia dos Cadoços.

O vinho produzido pelo taberneiro deixou de ser presença assídua na taberna pelos problemas de saúde do senhor Marcelino, um reflexo do tempo. Também um reflexo do tempo é a pressão das autoridades de fiscalização que pressionam o taberneiro a descaracterizar o espaço da taberna, a começar pelo mobiliário.

- *Café do Luís / Café de Cima*. Localizado na aldeia dos Cadoços o estabelecimento, arrendado por Luís Correia (39 anos) há 15 anos, conta com cerca de 40 anos de existência. O arrendamento do *Café de Cima* permite a Luís Correia “... fazer a vida ...”⁴⁹ à sua maneira e pôr em prática, por sua conta e risco, as práticas de gestão da taberna que conhece desde os 14 anos. Em paralelo explora a mercearia anexa à taberna.

- *Taberna da Beatriz*. Propriedade de Beatriz Dias Pereira, 73 anos, que herdou dos pais o estabelecimento mais antigo da Aldeia do Futuro, em actividade há cerca de 70 anos. A senhora Beatriz conhece a gestão da taberna

⁴⁸ Testemunho de Maria Luísa Estevão.

⁴⁹ Testemunho de Luís Correia.

desde a infância; sempre trabalhou na taberna, primeiro com os pais e ultimamente com o filho. A exploração da taberna tem passado de geração em geração de forma ininterrupta.

- *Café / Casa de Pasto Júlio Rosário*. Também conhecido como Casa de Pasto 2 Irmãos, localizado numa das principais artérias da vila de Grândola, este estabelecimento é propriedade de Júlio Mateus Rosário, de 73 anos, e de Perpetua Coelho do Rosário, de 69 anos. Naturais do concelho de Santiago do Cacém, os dois tiveram o início das suas vidas activas no trabalho agrícola.

Entre a vida no campo, e até se fixarem em Grândola, o casal viveu em Mem Martins onde Perpétua Coelho foi operária fabril, e Júlio Rosário foi militar da Guarda Nacional Republicana, e mais tarde da Brigada de Transito. Entre 1973 e 1974 viveram em Angola, onde o senhor Júlio foi guarda na Companhia de Diamantes de Angola. É com o regresso de Angola em 1975 que o senhor Júlio decide fixar-se em Grândola com a família, e pôr em prática os conhecimentos com que contactou na taberna dos pais na infância e na adolescência.

- *Mercearia do Tavares*. José Tavares, de 80 anos, herdou dos pais a mercearia, na rua de São Sebastião. A actividade de merceeiro mantém-se na família à cerca de 100 anos. Se a venda de mercearias permitiu a José Tavares trabalhar toda a vida no negócio da família e ter “... *uma casa muito movimentada* ...”⁵⁰, o mesmo não se verifica nos dias de hoje.

Hoje em dia a venda de produtos de mercearia tem pouca expressão na actividade económica do estabelecimento, “... *se a casa não fosse minha já tinha fechado. Vai tudo às grandes superfícies* ...”⁵¹. A venda de vinho a copo é a actividade que vai permitindo a rentabilidade do espaço.⁵² Resulta desta “transformação” da mercearia em taberna, ou venda, a sua inclusão no nosso levantamento.

Taberna dos Mosqueirões. Localizada na serra de Grândola, no sítio que dá nome à taberna, este estabelecimento é propriedade de Bertília Jesus Pereira,

⁵⁰ Testemunho de José Tavares

⁵¹ Idem.

⁵² Ibidem, “... *o que ainda se vai vendendo é o vinho a copo* ...”.

de 70 anos, por herança da mãe. A taberna, em conjunto com o monte, foi construída pelos avôs da senhora Bertília, a exploração do negócio esteve na família até meados da década de 1970. Época em que Bertília e o marido, Leonel Rodrigues, decidiram arrendar o estabelecimento e procurarem trabalho na zona de Lisboa. Pretendiam assim fazer face às dificuldades de rentabilização da taberna, deixando de lado a vida de taberneiros e as práticas de gestão do negócio, que conhecem desde a juventude. O fim da actividade profissional na zona de Lisboa e o aproximar da idade da reforma levou o casal a reabilitar a taberna e a reexplorarem o negócio que Bertília herdara da mãe.

- *Casa Dimas*. Propriedade do senhor Dimas, de 72 anos, que à 37 anos adquiriu a taberna à entrada de Santa Margarida da Serra. Ex-funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, como motorista, decidiu emigrar “... *não gostava daquilo e ganhava-se pouco* ...”⁵³, França foi o destino escolhido, lá encontrou-se com um irmão e trabalhou na construção civil “... *até juntar uns tostões* ...”⁵⁴. Com o dinheiro amealhado em França decidiu comprar um imóvel que lhe proporcionasse a habitação e uma fonte de rendimento, a taberna era uma possibilidade.

Para o senhor Dimas o início da sua actividade de taberneiro não foi fácil, “... *nunca tive inimigos até me “armar” em taberneiro, ... isto não é fácil para quem não conhece o negócio, aturar os clientes com os copos, ... depois uns voltam, outros não*”⁵⁵.

- *Taberna do Agostinho*. Propriedade de Agostinho, de 77 anos, e Custódia Chainho, de 76 anos, há cerca de 40 anos, a taberna localiza-se na aldeia de Santa Margarida da Serra, próximo do Largo da Feira. O casal começou a sua vida activa no trabalho agrícola, actividade que praticaram até adquirirem a taberna.

Em simultâneo com a actividade na taberna exploram a mercearia anexa, que conciliam com o tempo passado na horta.

⁵³ Testemunho do Sr. Dimas

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem.

- *Figueira Preta*. Lizete Helena Pereira, de 70 anos, herdou dos pais há cerca de 30 anos a taberna “perdida” entre os montes na zona das Fontainhas (Melides). Tendo os pais iniciado a exploração da taberna há cerca de 60 anos, a vida na taberna proporcionou a Lizete Pereira o contacto com as práticas de gestão do negócio desde a adolescência. Apesar de ter iniciado a sua vida activa no trabalho agrícola, o assumir de funções na taberna dos pais permitiu à senhora Lizete mudar a sua vida activa, e pôr em prática os conhecimentos de gestão da taberna que adquiriu desde a adolescência.

Hoje em dia a taberna não tem a mesma vitalidade de outros tempos mas mantem-se activa “... *pelo convívio das pessoas* ...”⁵⁶ residentes no local. Uma vez que a taberna fica perto de vários montes a senhora Lizete compara a sua taberna a uma “... *associação de moradores das pessoas daqui, é aqui que convivemos e passamos o tempo* ...”⁵⁷.

Conhecido o nosso roteiro pelas tabernas do concelho de Grândola, importa referir duas considerações sobre as rupturas e permanências que identificamos nas tabernas.

Uma característica que se mantém transversal no tempo e no espaço é a concentração da maioria das tabernas na freguesia de Grândola e a sua pulverização em locais mais isolados. Por outro lado a característica de concentração das tabernas em núcleos urbanos como a vila de Grândola é uma ruptura, uma vez que a maioria das tabernas da vila deixara de existir.

Ao fazermos o “caminho da taberna”, auxiliados pela obra de José Manuel Rodrigues, temos uma noção mais clara das transformações do espaço. Se em algumas tabernas as transformações se registam no revestimento do chão, ou das paredes de cimento com ladrilhos ou azulejos, noutras as transformações ficam-se pelo mobiliário. Em alguns casos a transformação foi ainda mais profunda, a taberna deixara de existir, o edifício fora arrasado e no seu lugar surgira uma moradia. Mas a maioria das tabernas continuam a existir, apenas não têm a “vida” de outros tempos por estarem encerradas.

A hipótese de encerramento é uma perspectiva constante que paira sobre o futuro das tabernas. A ameaça de encerramento ganha forma, segundo Armando

⁵⁶ Testemunho de Lizete Pereira

⁵⁷ Idem.

Guerreiro, “... *pela diminuição do número de pessoas a viver na aldeia (...) pela situação do país ...*” e pelo desinteresse da população jovem pelas tabernas.

A idade avançada dos taberneiros é outro elemento que impulsiona a hipótese de encerramento das tabernas. O futuro desta actividade e destes espaços torna-se uma incógnita, uma vez que a hipótese de arrendamento nem sempre é considerada pelo taberneiro e respectiva família. Visão mais pragmática tem a senhora Custódia “... *enquanto formos vivos estamos aqui [na taberna] ...*”.

4.2 A localização das tabernas.

A localização da taberna é um importante factor a ter em conta, uma vez que a localização escolhida pelo taberneiro pode ser determinante para a viabilidade da taberna.

A interpretação sobre a localização da taberna sofreu profundas transformações com o decorrer do tempo. Se recuarmos até às primeiras décadas do século XX constatamos que a interpretação feita à época diverge, em muito, da interpretação que é feita nos dias de hoje.

Através dos *Livros de Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*⁵⁸, temos acesso à localização dos vários estabelecimentos – as vendas, as tabernas, as estalagens, etc. – que vendiam vinho e outras bebidas alcoólicas ao público. Constatamos que a vila de Grândola e a aldeia de Melides concentraram um grande número destes estabelecimentos (à data os principais centros urbanos). A actividade mineira no Lousal e no Canal Caveira era um chamariz para a fixação de vendas e tabernas, e a actividade agrícola favoreceu a fixação destes espaços comerciais em zonas mais isoladas do território (quadro 6 em anexo).

Podemos assim afirmar que o dinamismo da economia local era um elemento que permitia, a determinado individuo, empreender esforços num negócio como a taberna, sem ter demasiadas preocupações com localização da mesma. Se recuperarmos as memórias dos vários taberneiros, em actividade, verificamos que todos eles recordam as tabernas como espaços muito “afreguesados”, e relativamente próximos uns dos outros. Uma realidade que sai reforçada pela mentalidade e costumes da época.

⁵⁸ Arquivo Municipal de Grândola, *Livros das Avenças dos Géneros Sujeitos ao Imposto Indirecto Municipal*, 02.10.1918 – 28.12.1921

Todavia, tendências iguais não se verificam nos dias de hoje. O declínio das tabernas tem na sua origem vários factores. Mas há dois, que com maior intensidade, fazem com que, nos dias que correm, o factor localização ganhe mais preponderância na viabilidade da taberna. São eles: as transformações registadas na economia local e a mudança, lenta e gradual, das mentalidades e hábitos do quotidiano.

As transformações registadas em sectores da economia local como a agricultura e a indústria, que provocaram a deslocalização de população para outras zonas do concelho ou para fora deste, tiveram consequências no fluxo de frequentadores da taberna, e consequentemente na sua viabilidade económica.

Por outro lado, a mudança de geração populacional torna mais evidentes as mudanças nos gostos, nas mentalidades e nos hábitos quotidianos. A taberna deixa de ser o principal local de convívio para o público masculino, e começam a agudizar-se alguns estigmas depreciativos.

Assim a localização da taberna começa a ganhar preponderância na viabilidade económica da taberna. Ter uma taberna em algumas zonas da vila de Grândola, não é o mesmo que ter uma taberna em Santa Margarida da Serra, ou na aldeia de Água Derramada.

Nos locais mais isolados a taberna vive, essencialmente, da população residente na aldeia, ou nas proximidades, e “obriga” os frequentadores, não residentes na aldeia, a conviverem com as acções periódicas de prevenção rodoviária, levadas a cabo pelas forças da autoridade. Por outro lado, a taberna localizada na vila tem mais facilidade em alargar o fluxo de frequentadores. Mas depara-se com outros constrangimentos como a localização em zonas periféricas ao núcleo urbano, ou com os problemas de mobilidade.

Contudo há formas de minimizar o impacto da localização. A gastronomia, a personalidade do taberneiro e a sua rede de amizades, os preços praticados e a relação com a população local podem ser “instrumentos” a considerar. Mas estes “instrumentos”, quando mal aplicados pelo taberneiro, podem ter o efeito oposto. Pondo em causa a viabilidade da taberna e determinando o seu encerramento.

Outro elemento que pode suprimir as dificuldades da localização é o tempo de actividade da taberna e do taberneiro. Em alguns casos uma taberna com 30 ou 40 anos de actividade, numa aldeia do concelho, tem mais facilidade em manter-se activa do que outros espaços, com menos tempo de actividade, próximos do núcleo da vila. É o

reflexo da sobreposição da personalidade e afirmação social do taberneiro, face à localização da taberna.

4.3 Os frequentadores e os “profissionais” da taberna.

Quem são os “profissionais” da taberna? Ao frequentarmos a taberna em diferentes horários, durante um determinado período de tempo, verificamos que alguns frequentadores vivem a taberna de maneira diferente. Quase que cumprem o horário de funcionamento daquele espaço. Que estabeleceram ao longo dos anos uma relação de amizade com o taberneiro, e conhecem todos os cantos da taberna. Para alguns a taberna é a sua “casa”.

Estes homens são na sua maioria reformados, proprietários e trabalhadores sazonais. O que lhes permite passar grande parte do seu tempo disponível na taberna. Motivados pela frequência destes espaços desde a sua juventude, e pela sua idade, são eles na maioria das vezes quem “corrige” os novos frequentadores.

Mas os frequentadores da taberna não se esgotam nos “profissionais”. Também frequentam estes espaços – os desempregados, os operários, os pequenos empresários locais, os trabalhadores rurais, os trabalhadores municipais, etc.. Os frequentadores são por larga maioria homens.

Raras vezes encontramos ao fim da tarde, depois de um dia de trabalho, mulheres a confraternizarem na taberna em volta de um jarro de vinho, um petisco e uma conversa. Porém é possível acontecer. Mas a acontecer, a mulher encontra-se na companhia de um elemento masculino. A probabilidade de encontrarmos mulheres na taberna aumenta quando há um elemento feminino ligado à gestão da taberna. Em alguns casos o homem desloca-se à taberna na companhia da mulher. Uma vez na taberna a mulher convive, na maioria dos casos, com a esposa do taberneiro a quem estão confiadas as tarefas relacionadas com a cozinha. As tabernas continuam a ser um espaço onde predomina o elemento masculino.

Sobre a origem dos frequentadores da taberna, constatamos que estes são na sua maioria residentes na localidade onde se encontra a taberna. Mas também os há residentes em localidades próximas e, em menor número e com uma frequência menos regular, de concelhos próximos do território em estudo.

Relativamente aos frequentadores importa salientar outra característica, a “fidelidade” do frequentador a determinada taberna e ao taberneiro. Esta característica

fica a dever-se à conjugação de vários factores. São exemplo disso: a relação com o taberneiro, a qualidade do vinho, a qualidade dos petiscos, a sua diversidade e os preços praticados. Como reforço desta característica podemos encontrar a personalidade do taberneiro. A capacidade de confraternização do taberneiro revela-se um importante elemento de reforço da fidelidade dos frequentadores. Esta relação entre taberneiro e frequentador também tem consequências na viabilidade económica da taberna. Funciona como um estímulo⁵⁹.

Todavia a relação do taberneiro com os frequentadores não se esgota na confraternização. Por vezes o taberneiro assume um papel de mediador social. A intervenção do taberneiro desenvolve-se em função da solicitação que lhe é feita. Esta pode ter por finalidade a resolução de discussões e outros mal entendidos, o empréstimo de pequenas quantias monetárias, ou a venda com recurso ao fiado. O taberneiro, ao assumir-se como mediador social, permite ao frequentador da taberna fazer face às suas necessidades imediatas.

“(...) Outras vezes, o taberneiro exerce a redistribuição (...) sob a forma de fiado concedido aos clientes da taberna, ou seja, uma tática local de resistência sócio-económica que se transformou, posteriormente em sistema pré-capitalista de créditos (...).”⁶⁰

4.4 A gastronomia.

O elemento gastronómico é uma mais-valia para a taberna. Essa mais-valia reflecte-se no dinamismo do fluxo de frequentadores, e na rentabilidade financeira da taberna.

Porém, há tabernas onde a gastronomia tem uma presença reduzida ou nula. Esta realidade parte de uma “opção do taberneiro”, que coincide com o ritmo baixo do quotidiano da taberna, ou com o dilema do taberneiro em continuar com a taberna aberta ao público.

Da gastronomia da taberna fazem parte: o pão, o porco, o borrego (a cabeça e parte das vísceras), o frango, as azeitonas, os queijos curados, algumas espécies de peixe (destaque para o bacalhau e para os carapaus), alguma caça, os cogumelos e

⁵⁹ PRÓ-ÉVORA, Grupo; *Exposição Fotográfica – Tabernas de Évora*, Junho/Julho 1992.

⁶⁰ ANDRADE, Pedro de; “A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas”, in, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 33, Outubro de 1991, p. 272.

legumes (o grão, o feijão, a couve, etc.). A confeção destes alimentos proporciona petiscos como: o peixe frito, as cabeças de borrego assadas, a feijoada, o jantarinho, o grão com mão de vaca, o bacalhau assado, os rins e outras vísceras fritas, a carne do alguidar, etc.. Pratos cada vez mais difíceis de encontrar numa taberna.

Porém, o petisco comum a quase todas as tabernas é a linguiça e o chouriço, por vezes acompanhado pelo queijo curado e pelas azeitonas. Presença assídua é o pão confeccionado pelas padarias locais.

O petisco é um pretexto para o convívio à mesa e para o consumo de vinho. A reforçar esta ideia está o aumento do consumo de vinho quando o elemento gastronómico marca presença. A conjugação do petisco com o vinho fortalece a “economia da taberna”. Esta sai ainda mais reforçada quando o taberneiro proporciona alguma diversidade nos petiscos. Essa diversidade é aplicada da seguinte forma: ao petisco fixo – linguiça, chouriço e / ou a carne do alguidar – junta-se o petisco do dia, confeccionado momentos antes da chegada dos homens à taberna.

A encomenda de petiscos por parte de alguns frequentadores da taberna também é uma realidade a ter em conta. Em alguns casos o frequentador fornece parte dos alimentos. Esta situação é comum com os cogumelos e com a caça. Quando a confiança entre taberneiro e frequentador é muita este último auxilia o taberneiro na confeção do petisco. Esse auxílio dá-se no amanho da carne ou dos cogumelos no espaço da taberna. A encomenda de petiscos, a consumir na taberna ou em espaço exterior, é um dado revelador das aptidões culinárias do taberneiro ou da cozinheira que acompanha o taberneiro na gestão da taberna.

Outra realidade, menos comum, a ter em conta é os frequentadores confeccionarem o petisco em casa e depois levarem-no para a taberna. “Contorna-se” assim a impossibilidade do taberneiro cozinhar o petisco. Ao mesmo tempo os frequentadores reforçam a relação com o taberneiro numa demonstração de reconhecimento e amizade.

O serviço de refeições ao almoço, na taberna, constitui um forte contributo para uma maior oferta na diversidade dos petiscos disponíveis. As refeições ao almoço aproximam-se da oferta gastronómica dos petiscos da taberna. Apresentam uma certa “rusticidade” na oferta, na confeção e na apresentação.

A diminuição do número de tabernas e do número de tabernas com petiscos tem consequências, como a dificuldade dos frequentadores em encontrar determinado petisco. Quando determinado taberneiro informa os frequentadores da confecção de um desses petiscos a taberna enche, esgotando-se o petisco. Noutros casos, algumas tabernas vêm o seu fluxo de frequentadores crescer por dois motivos: pela disponibilidade do taberneiro em confeccionar petiscos por encomenda, e pela diminuição do número de tabernas.

4.5 O vinho⁶¹.

Ao percorrermos as tabernas, e outros espaços existentes no território em estudo, verificamos que o vinho produzido no concelho perdeu a importância de outrora na economia local. Se até às primeiras décadas do século XX predominavam os vinhos e as aguardentes locais nas tabernas e outros estabelecimentos, em meados da década de 1980 esta era uma realidade praticamente extinta. Resistiam alguns taberneiros que por gosto teimavam em produzir o vinho, ou parte deste, a ser consumido nas suas tabernas. Uma prática que se perdeu com o encerramento destas tabernas, uma vez que a venda de vinho produzido no concelho não é uma prática do quotidiano das tabernas.

A produção vinícola local resume-se a alguns habitantes locais que produzem vinho para consumo particular, e a alguns produtores como a Herdade da Comporta, o Monte da Serenada e o Estabelecimento Prisional do Pinheiro da Cruz. Os vinhos destes últimos têm uma presença pontual nas tabernas, durante a *Rota das Tabernas*.

Coloca-se assim a questão sobre a origem dos vinhos consumidos nas tabernas. Ao percorrermos as tabernas constatamos que os vinhos consumidos têm a sua origem na Península de Setúbal, em particular na zona de Palmela. Uma tendência que se acentuou nas duas últimas décadas do século XX, e que se mantém.

Sobre a qualidade destes vinhos atendemos às observações de consumidores e taberneiros, referem-se a estes como agradáveis ao paladar. Apesar da concorrência de outras bebidas alcoólicas, caso da cerveja, o vinho continua a ser o produto de referência nas tabernas, com destaque para o vinho tinto, o mais consumido entre os frequentadores.

⁶¹ Os custos e rentabilidade obtida pelo taberneiro a partir do vinho e da aguardente são abordados no tema referente à rentabilidade económica da taberna.

Os taberneiros, até há algum tempo, adquiriam o vinho em barris cuja capacidade varia entre os 40 e os 50 litros, ou em garrações de 5 litros. Não descaracterizando assim a taberna. Porém, face à diminuição do fluxo de frequentadores, alguns taberneiros aderiram a modas mais recentes. Compram o vinho em embalagens tetra pack de 5 ou 10 litros. Evitam assim o incómodo da mudança do barril de vinho, e outros constrangimentos relacionados com o armazenamento do vinho.

A adesão a esta nova moda constitui uma descaracterização da taberna, em certa medida, representa um corte na relação entre taberneiro e frequentador, uma vez que é eliminado o “ritual” da mudança do barril de vinho.

Na taberna o vinho é vendido ao copo, pequeno ou grande, ou em jarros, pequeno (de 0,5 litros) ou grande (de 0,75 ou 1 litro). Todavia é comum as tabernas venderem vinho em garrafão ou garrafa para consumo fora da taberna, sendo o vasilhame propriedade do cliente.

Importa ainda ter em conta outra realidade. A relação entre o taberneiro e o pequeno produtor de vinho. Em raros momentos o taberneiro proporciona, aos frequentadores habituais da taberna, vinho produzido por um produtor particular. O acesso a estes vinhos pode ocorrer de uma forma um pouco mais regular através do petisco. O taberneiro proporciona o espaço e o petisco, e o produtor particular proporciona o vinho a ser consumido. É uma forma de estreitar a relação entre o taberneiro e o produtor / frequentador, e de este último dar a provar a sua produção e de a escoar entre amigos.

Outra realidade é a aguardente. Esta, também de produção particular, está disponível ao público com maior facilidade. O acesso do taberneiro à aguardente produzida por um frequentador da taberna é o resultado do reconhecimento deste para com o taberneiro. Ao mesmo tempo o taberneiro tem acesso a um produto de produção particular, cuja “qualidade” satisfaz as “exigências” de alguns frequentadores.

4.6 Os rituais.

O quotidiano da taberna é feito de actos, ou práticas, que se repetem com frequência e que demarcam a taberna dos outros espaços concorrentes. Estes actos, ou práticas, são desenvolvidos pelo taberneiro e pelos frequentadores habituais da taberna. Para os frequentadores menos assíduos e atentos alguns destes actos passam

despercebidos, perdendo o seu simbolismo, o que associado à diminuição do número de frequentadores provoca uma descaracterização da taberna. A estes actos do quotidiano da taberna podemos chamar de rituais. Esta designação justifica-se pelo seu simbolismo e por distinguir a taberna de outros espaços.

Podemos considerar como rituais da taberna: a mudança do barril de vinho, o uso e a importância atribuída à navalha / canivete, o auxílio dos “profissionais da taberna” ao taberneiro, as expressões de alguns frequentadores a quando da apreciação solitária de um copo de vinho, o comportamento à mesa durante o petisco, etc..

A mudança do barril de vinho é, por nós considerada, um ritual por implicar o auxílio do frequentador ao taberneiro. Em alguns casos são os “profissionais da taberna” que se encarregam de mudar o barril de vinho. Em troca o taberneiro oferece um copo àqueles que o ajudaram. É nesta relação de solidariedade entre frequentador e taberneiro que reside o simbolismo de uma prática comum no quotidiano da taberna como é a mudança do barril.

À semelhança deste acto, e que também reflecte a referida relação de solidariedade, identificamos o auxílio dos “profissionais da taberna” ao taberneiro nos momentos de maior azáfama no quotidiano da taberna. Em retribuição o taberneiro proporciona ao cliente / ajudante o vinho ou o petisco. É também uma prática usual por alguns taberneiros conviver à mesa com estes frequentadores da taberna em jeito de retribuição pela ajuda recebida.

O uso da navalha é também uma prática comum na taberna. A banalização do seu uso associada à importância que lhe é dada reveste a navalha de um certo simbolismo. Para os frequentadores da taberna a navalha não é encarada como uma arma. Este objecto é visto pelos frequentadores da taberna como um símbolo de “profissionalismo” e de “afirmação” na frequência de espaços como a taberna. O uso da navalha durante o petisco dispensa o uso de talheres (estes destinam-se aos “amadores”), assim como um bocado de pão dispensa o uso do prato. A navalha para além da sua função de objecto cortante serve também de garfo, mas nunca vai à boca. Quando determinado frequentador quer “arreliar” outro a maneira mais fácil de o conseguir é esconder a navalha, uma prática corrente. Há frequentadores da taberna que se recusam a usar a sua melhor navalha quando acompanhados de determinados companheiros de petisco.

A degustação solitária de um copo de vinho é outro aspecto a considerar, não pelo acto em si mas pelos sons e gestos desenvolvidos. O grasnar de quem limpa a garganta, o estalar da língua e o deitar para o chão o resto de vinho que fica no copo são práticas repetidas por quase todos os frequentadores, que de forma solitária, apreciam um copo de vinho. Estes sons e gestos são atitudes que não se repetem no convívio à mesa.

Um pêro, um pires de azeitonas ou umas rodela de linguça servem de pretexto para dois ou mais frequentadores beberem alguns copos de vinho. É a partir de meio da tarde que os homens se começam a “concentrar” na taberna, embora com menos fulgor que noutros tempos, para “beberem um copo” e porem a conversa em dia com outros frequentadores da taberna. Uma prática que se repete no quotidiano da taberna e que não sofreu alterações profundas se olharmos para a taberna numa perspectiva histórica.

À mesa os vários frequentadores prestam atenção ao comportamento uns dos outros, em particular: às navalhas, ao consumo de vinho e às rodadas. Se determinado individuo comparece ao petisco sem a sua navalha é alvo de “mangação”, em jeito de repreensão, por parte dos companheiros. O mesmo acontece se determinado individuo se esquivar a uma rodada ou a aceitar um copo. A recusa a um copo de vinho raramente é bem aceite.

4.7 A decoração, a organização do espaço e as suas utilizações.

A decoração.

A decoração é uma das características que permite distinguir a taberna dos outros espaços concorrentes.

Da decoração das tabernas fazem parte os objectos usados no quotidiano da taberna – o barril do vinho, o garrafão, o funil, as medidas usadas na venda de vinho, etc. -, os objectos decorativos – os artigos de evocação desportiva, azulejos, esculturas de argila, artesanato, etc. -, e o mobiliário – as mesas, as cadeiras e os bancos corridos, o balcão, as bancadas de apoio e demais prateleiras. A decoração da taberna não revela preocupações profundas com a organização e a estética da decoração do espaço. Predomina uma certa desarmonia⁶².

⁶² “(...) muitas vezes é mesmo uma escolha ordenada que determina uma condição de desarmonia e de assimetria (...)”. DORFLES, Gillo; *Elogio da desarmonia*, Lisboa, Edições 70, 1986, p. 105.

Com o mobiliário a preocupação principal é a funcionalidade do espaço. Percebe-se assim o porquê de as mesas serem corridas e de os velhos bancos, também eles corridos, quando substituídos não darem lugar a cadeiras, todas elas, iguais no *design*, na cor e nos materiais que as compõem.

Do mobiliário da taberna também faz parte o balcão – em madeira ou alvenaria -, este divide o espaço dos frequentadores da zona de acção do taberneiro. Referir também as bancadas de apoio, feitas do mesmo material que o balcão. Se o balcão permite “esconder” o vasilhame vazio e a arca que guarda a bebida fresca, a bancada atrás deste presta apoio ao lava-loiça e permite guardar as garrafas com as outras bebidas a consumir na taberna – a aguardente, a macieira, o medronho, e outras bebidas.

A acompanhar a bancada estão pequenas prateleiras, também elas em madeira ou alvenaria. Nestas o taberneiro expõe o tabaco para venda ao público, guarda a “escrita” da taberna e a velha gaveta do dinheiro, esta que outrora desempenhou funções idênticas às máquinas registadoras. Uma permanência atrás do balcão é a bilha com os trocos.

Os objectos usados no quotidiano são outra marca, bem vincada, na decoração da taberna. O barril do vinho está exposto ao público, em alguns casos ao acesso dos frequentadores que se aviam a si próprios, com o consentimento do taberneiro. O mesmo acontece com os copos e os jarros. Perto do barril estão as medidas usadas na venda do vinho.

Ao lado do vinho encontramos o “mecanismo” usado para a lavagem dos jarros e dos copos sujos de vinho. Um alguidar com água, lixivia e detergente, suportado por um barril de vinho. Ao seu lado está o lava-loiça para passar os copos e jarros por água, retirando-lhes assim os resquícios da lixivia e de detergente.

Com os outros objectos usados na decoração da taberna impera a lógica da visibilidade. O que mais interessa ao taberneiro é que estes sejam vistos pelos frequentadores.

Este grupo de objectos é constituído pelos mais variados elementos. Dos artigos de evocação desportiva e fervor clubístico fazem parte: os trofeus desportivos (conquistados pelas equipas patrocinadas pelo taberneiro ou compostas por frequentadores da taberna), as fotografias, os calendários e outros souvenirs (a evocação

ao Sport Lisboa e Benfica é uma constante). Os azulejos e esculturas em argila marcam presença nos avisos sobre o fiado e no elogio ao vinho e ao petisco.

O artesanato é outro elemento que marca presença. Produzido por frequentadores da taberna com recurso a madeira, cortiça, bolotas, “cornos” de animais, e outros materiais. Depois de transformados, estes produtos evocam utensílios usados em profissões agrícolas (exemplo do machado de tirar cortiça), coxo em cortiça, réplicas de animais, evocação do demo ou a simples exposição de “cornos” de animais.

A organização do espaço e as suas utilizações.

O espaço da taberna organiza-se em função da dinâmica da taberna.

Se atendermos aos desenhos das plantas das tabernas, em anexo, podemos afirmar que o núcleo da taberna é a zona de convívio entre frequentadores. Normalmente este espaço contempla a zona do balcão e de acesso ao vinho.

O crescimento da taberna com outros espaços – a arrecadação, a cozinha, os wc’s e outros espaços de convívio – revela o dinamismo, presente ou passado, da taberna.

A cozinha revela a importância da gastronomia para a taberna. É um espaço resguardado ao qual nem todos os frequentadores têm acesso. Em alguns casos acede-se a este espaço a partir da zona do balcão.

A arrecadação, quando integrada na taberna, apresenta dimensões reduzidas. Na maioria das vezes a arrecadação é um espaço degradado anexo à taberna. Este espaço serve para a arrumação das bebidas e do vasilhame vazio.

Os espaços de convívio que surgem em volta do núcleo principal têm uma dimensão, na maioria das vezes, idêntica ou menor do que o núcleo principal. No interior da taberna estes espaços coincidem com zonas de arrecadação ou da adega. Em alguns casos o espaço exterior à taberna também serve para o convívio entre frequentadores. Esta situação é mais comum em localidades mais isoladas.

Os wc’s, como os conhecemos hoje, são uma realidade mais ou menos recente no quotidiano da taberna. Mais recente ainda são os lavatórios em cerâmica que substituem as velhas armações em ferro que suportavam as bacias de esmalte.

Sobre este tema podemos dizer que a organização do espaço e a sua utilização tem em conta, num primeiro momento, as necessidades do taberneiro. Compreende-se

assim o porquê de em alguns casos a residência do taberneiro ter passagem directa para a taberna, e desta para a mercearia ou para a adega. O mesmo não se verifica para com os frequentadores. Em alguns casos o frequentador tem que sair para o exterior da taberna para ter acesso à mercearia ou a outro espaço de convívio na taberna.

Se olharmos para as tabernas numa perspectiva histórica, podemos afirmar que a arquitectura da taberna⁶³, e os materiais usados na sua construção, funcionam como um elemento de validação do seu passado. A desarmonia da organização do espaço, o tecto em madeira (vulgo forro), a irregularidade do piso, o pé direito baixo (em alguns casos) e a despreocupação com os wc's, a instalação eléctrica e a canalização constituem a marca de uma época da arquitectura popular portuguesa.

Esta marca sai reforçada se tivermos em conta os métodos de construção – taipa – e os materiais de construção hoje pouco utilizados – telhas de canudo, vigas de madeira, mosaicos hidráulicos, etc..

Todavia estes elementos tendem em desaparecer com o tempo, tendo na sua origem motivações diversas.

4.8 A rentabilidade económica da taberna.

Ao mesmo tempo que propomos a defesa do valor cultural e identitário das tabernas, é importante não esquecermos que a taberna é, acima de tudo, uma actividade económica. A sua dimensão cultural só pode permanecer se a taberna tiver viabilidade económica. Importa assim compreender a realidade em que se inserem as tabernas, perceber quais as suas condicionantes económicas, e como o taberneiro rentabiliza economicamente a taberna.

É a taberna um negócio rentável?

A rentabilidade económica da taberna depende de diversos factores, e nem todos dependem directamente do taberneiro. Podemos dividir estes em três grupos. No primeiro grupo podemos encontrar condicionantes externas à acção do taberneiro. São elas: as despesas com a manutenção da taberna – a água, a luz e o gás -, o dinamismo da economia local e regional, o regime de propriedade da taberna – se esta é propriedade do taberneiro ou se este paga uma renda-, entre outros.

⁶³ Sobre o tema da arquitectura popular ver: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de GALHANO, Fernando; *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, pp. 151 a 170.

No segundo e terceiro grupo encontramos os elementos que dependem do taberneiro. Do segundo grupo fazem parte os preços definidos pelo taberneiro a aplicar nos vários produtos a comercializar, a qualidade da gastronomia, o vinho, a localização da taberna no território, etc..

Por último, no terceiro grupo, temos o factor humano. Fazem parte deste a personalidade do taberneiro, as relações estabelecidas entre este e os frequentadores da taberna, mas também com outros agentes locais, exemplo dos pequenos produtores locais.

Se, por um lado, o taberneiro é obrigado a conviver e a moldar-se às condicionantes que integram o primeiro grupo, o mesmo não acontece com os elementos do segundo e terceiro grupo. Estes sendo da responsabilidade directa do taberneiro revelam-se preponderantes para a viabilidade económica da taberna.

A rentabilidade económica da taberna assenta, com maior incidência, em dois elementos: o vinho e a gastronomia. A estes pode-se-lhes juntar outros elementos como a aguardente.

Ao frequentarmos as várias tabernas constatámos que os preços, aplicados pelos vários taberneiros, não registam oscilações relevantes de umas tabernas para as outras. O que nos permite fazer um cálculo aproximado da rentabilidade obtida pelo taberneiro através do vinho e da gastronomia.

No caso do vinho tenhamos em atenção os quadros 3 e 4 e a imagem número 92, em anexo. Nestas vemos que o preço estabelecido para a venda do vinho a copo (quadro 3 em anexo) fixa-se entre os 60 cêntimos, copo grande (2 decilitros), e os 40 cêntimos, copo pequeno (1 decilitro). Vendido a copo 1 litro de vinho rende ao taberneiro, em média, cerca de 3,5 euros.

A rentabilidade que o vinho a copo proporciona ao taberneiro fixa-se entre 3 a 4 vezes mais do que os custos de aquisição. A rentabilidade do vinho diminui um pouco se vendido a jarro (quadro 4 em anexo). Ainda assim esta prática permite uma rentabilidade 3 vezes superior aos custos de compra. Não deixa de ser curioso que é através da venda do vinho a copos pequenos onde o taberneiro obtém maior lucro com o vinho.

Quanto à gastronomia verificamos que os preços dos petiscos variam entre os 2 e os 4 euros. Estes podem variar 1 ou 2 euros a mais se os frequentadores em vez do pires

optarem pela travessa pequena. O frequentador gasta, em média, aproximadamente 3 a 5,5 euros num repasto na taberna (o vinho [copo], o petisco e o pão). O crescimento da sua despesa varia em função da sua opção pelo vinho, copo ou jarro, se encontrar na taberna algum companheiro para um copo.

A aguardente é outro produto que permite ao taberneiro alcançar uma rentabilidade considerável (quadro 5 em anexo). Tendo o copo de aguardente cerca de 2 centilitros, 1 litro de aguardente representa 50 copos. Ao preço de 50 cêntimos (o preço mais baixo a que encontrámos a aguardente na taberna) o taberneiro obtém cerca de 25 euros por litro, uma rentabilidade 2,5 a 3 vezes superior aos custos de aquisição.

Importa ter em conta que o taberneiro não tem custos com funcionários. A taberna apresenta-se como uma actividade económica de cariz familiar. A auxiliar o taberneiro na gestão da taberna está a esposa. A esta compete-lhe as tarefas na cozinha, auxiliando-o na zona exterior em ocasiões de maior azáfama.

Mas também há casos em que o taberneiro não conta com o auxílio do elemento feminino na gestão da taberna. Nestes casos compete ao taberneiro assumir as tarefas da cozinha. E quando a azáfama é muita, o taberneiro conta com o auxílio de um ou dois “profissionais da taberna”, familiarizados com o espaço, com a gestão da taberna e com o taberneiro.

Todavia o elemento preponderante na viabilidade económica da taberna é a afluência de frequentadores. Com poucos clientes a taberna não tem viabilidade. Esta realidade obriga o taberneiro a criar “mecanismos de prevenção” a uma provável quebra de afluência. Um desses mecanismos é o serviço de refeições ao almoço, seja de uma forma permanente ou por reserva. Esta situação ocorre com maior frequência nos casos em que há presença do elemento feminino na gestão da taberna, e quando o taberneiro não tem outra alternativa ao seu sustento.

Podemos encarar o serviço de refeições ao almoço como uma descaracterização da taberna. Porém importa ter em conta que esta prática pode ter um peso significativo para a sua viabilidade económica. Em contrapartida a ementa não “compromete” a taberna. Desta fazem parte – o peixe frito, as feijoadas, o grão com mão de vaca, o frango do campo em molho, a carne do alguidar, etc. .

A diversidade dos petiscos é outro mecanismo utilizado pelo taberneiro para evitar a quebra na afluência dos frequentadores. Para essa diversidade contribui a

sazonalidade de alguns elementos utilizados na confeção dos petiscos. É o caso dos cogumelos e algumas peças de caça.

Outro elemento a ter em conta na viabilidade económica da taberna é o factor humano (terceiro grupo). As boas relações entre taberneiro e frequentadores constituem uma mais-valia para o fluxo de clientes. Mas também as boas relações entre o taberneiro e os pequenos produtores locais, em alguns casos frequentadores da taberna, se revelam frutuosas para a rentabilidade económica da taberna.

Esta relação revela-se benéfica para ambas as partes, tendo em conta que o produtor consegue escoar parte da sua produção, e por outro lado o taberneiro adquire os produtos a um preço mais baixo do que nas superfícies comerciais. A forma de pagamento estabelecida entre o taberneiro e o produtor varia entre o recurso à moeda e a troca com recurso ao vinho ou ao petisco. O sistema de pagamento é estabelecido em função do produto transacionado, da sua quantidade, da sua qualidade e da vontade de ambas as partes.

O recurso por parte do taberneiro e do produtor à “economia de troca”, nos dias de hoje, revela-se uma permanência na gestão da taberna, ao atendermos à relação da taberna com a economia local em vários momentos de períodos passados.

5. Conclusão.

Ao longo do presente trabalho demonstrámos a importância das tabernas enquanto elemento cultural e identitário de uma comunidade. A taberna, se observada e frequentada sem qualquer estigma, é muito mais do que um espaço de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas. A taberna é o reflexo de um território e da sua população.

No caso em estudo constatámos que as transformações económicas ocorridas no território, exemplo da crescente terciarização da economia local, associadas às mudanças de hábitos e costumes do quotidiano provocaram um desenraizamento das tabernas. Esta característica tornou-se mais evidente com as sucessivas mudanças geracionais.

As opções político-económicas feitas ao longo das últimas décadas pelo poder central e local, no que ao espaço rural diz respeito, incentivaram à “descaracterização”

do território e da população local. Esta “descaracterização” decorreu a partir da aceleração do processo de transição de uma sociedade de características rurais para uma sociedade semi-urbana ou urbana.

Concluimos que a importância patrimonial da taberna também se verifica ao nível da memória. A taberna, em alguns momentos, funciona como um espaço de produção de memória através das histórias partilhadas e da transmissão de saberes entre frequentadores. Por outro lado, resistem nas tabernas algumas marcas do que foi a economia local, os hábitos, os costumes e as mentalidades de uma comunidade em determinada época.

Como já afirmamos anteriormente a taberna pode ser um pretexto para compreender a economia, a comunidade e o poder local sob diferentes perspetivas.

Contudo as tabernas correm o sério risco de extinção. A idade avançada dos taberneiros (média de idade de 68 anos) e a sua não substituição por gerações mais novas é uma das principais ameaças. Com a morte ou doença do taberneiro não encerra apenas a taberna. Perde-se todo o saber de gestão da taberna, que era transmitido no ambiente da taberna à geração sucessora.

A perda dos saberes da gestão da taberna, a não consciencialização da importância cultural e identitária da taberna, associado aos novos hábitos e costumes da sociedade contemporânea impulsionados pela pressão fiscalizadora das autoridades, constitui um incentivo à descaracterização do espaço da taberna. Esta transforma-se num espaço sem identidade própria, aumentando a oferta, já de si “esgotada”, de cafés e snack bares.

Todavia, se forem conjugados alguns elementos como a localização, a gastronomia e o vinho, as tabernas continuam a ser um negócio rentável. Mas a irregularidade do fluxo de frequentadores coloca em causa a, maior ou menor, rentabilidade do negócio. Se a taberna não tem o fluxo de frequentadores desejado pelo taberneiro o petisco deixa de existir, ou passa a ter uma expressão residual. Por sua vez, se a taberna não tem petiscos os frequentadores, e potenciais frequentadores, optam por diminuir a sua assiduidade na taberna, procurando outros espaços. Há assim uma necessidade de o taberneiro optar por uma postura activa junto dos frequentadores. Mas a idade avançada e a ameaça de encerramento da taberna condiciona essa atitude.

O fim da atribuição da designação de taberna, no alvará que permite o funcionamento legal do estabelecimento, levou a que muitas tabernas funcionassem sob a designação legal de café. Porém as práticas de gestão e de funcionamento não se coadunam com as de um café, mas sim com as de uma taberna. Não tendo o estabelecimento a designação legal de taberna, aquando das acções de fiscalização esta é equiparada a cafés, snack bares e similares. A taberna parte assim em desvantagem, o que obriga à sua descaracterização. A ausência de “protecção burocrática” constitui assim um entrave à viabilidade das tabernas.

O que pode o município fazer para a salvaguarda e preservação das tabernas?

Assumir as tabernas como um elemento cultural e identitário de uma comunidade pode ser uma das formas.

Porém, importa desenvolver “mecanismos” que permitam garantir a salvaguarda e preservação destes espaços. A abordagem do município às tabernas e aos taberneiros não tem que implicar, directamente, contrapartidas financeiras. A disponibilização de recursos técnicos, numa perspectiva multidisciplinar, e a hipótese de “protecção burocrática” podem ser argumentos a utilizar na salvaguarda e preservação das tabernas. A sensibilização da população adulta para as potencialidades da taberna na sua dupla dimensão – económica e cultural – é outro elemento a não descurar na actual conjuntura.

Por outro lado o apego de “futuros taberneiros” ao negócio também depende das opções político-económicas que o poder local e central fazem para o território. Parte da viabilidade económica da taberna depende do dinamismo da economia local e regional. Porque acima de tudo a taberna é um negócio e o seu funcionamento depende do fluxo de frequentadores.

Bibliografia.

Fontes.

Fontes manuscritas:

Arquivo Municipal de Grândola.

Fundo da Câmara Municipal de Grândola.

Livros:

Avenças dos géneros sujeitos ao imposto indirecto municipal, 02.01.1915 – 05.04.1917, 06.04.1917 – 01.10.1918, 02.10.1918 – 28.12.1921.

Lançamento anual dos preços dos bens, 16.08.1921 – 10.12.1943.

Registo de licença para os comerciantes, 06.07.1850 – 22.01.1874.

Termos dos preços dos cereais e lançamento dos preços dos bens, 15.08.1825 – 28.12.1920.

Fundo da Administração do Concelho de Grândola.

Livros:

Correspondência expedida para o interior do concelho, 02.01.1900 – 29.12.1900, 03.01.1901 – 31.12.1901, 03.01.1902 – 30.12.1902, 02.01.1903 – 31.12.1903, 04.01.1904 – 29.12.1904, 02.01.1905 – 30.12.1905, 02.01.1906 – 27.12.1906, 03.01.1907 – 25.09.1907, 04.01.1908 – 13.04.1909, 14.04.1909 – 04.08.1910.

Ocorrências policiais, 04.02.1905 – 28.07.1910.

Registo de editais, 1893 – 1909, Maio de 1909 a Setembro de 1926.

Relação das meretrizes, 26.08.1882 – 09.07.1938

Fontes Impressas:

Estatística.

População. Censo no 1º de Janeiro de 1864, Estatística de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868

População. Censos no 1º de Janeiro de 1878, Estatística de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881

Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Direcção da estatística geral e commercio, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, Direcção geral da estatística e dos próprios nacionais, Lisboa, Typographia “A Editora”, 1906.

Censo da população de Portugal 1911, Direcção geral de estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

Censo da População de Portugal: Dezembro de 1920, Direcção geral de estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

VII censo da população de Portugal, Direcção Geral de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933

VIII recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes, INE, Lisboa, Sociedade Astória, 1945

IX recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, INE, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1952

X recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1960, tomo II, INE, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1963

XI recenseamento da População / I recenseamento da habitação - 1970, INE, Lisboa, 1975

XII recenseamento da População / II recenseamento da habitação - 1981, INE, Lisboa, INCM, 1983

Censos 91 – região do Alentejo, vol. 4, INE, Lisboa, INE, 1993

Censos de 2001: XIV recenseamento geral da população / IV recenseamento geral da habitação, vol. 5, INE, Lisboa, INE, 2002

Periódicos:

“*O Grandolense*”, n.º 31, Ano 1, 25 de Agosto de 1925

Programas da Rota das Tabernas, 1999 a 2011.

Fontes online:

Grandes opções do plano e orçamento 2012, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, Dezembro de 2011.

([http://www.cm-grandola.pt/PT/Autarquias/GovernacaoMunicipal/Documents/](http://www.cm-grandola.pt/PT/Autarquias/GovernacaoMunicipal/Documents/Grandes%20Op%C3%A7%C3%B5es%20do%20Plano%20e%20Or%C3%A7amento%20-%202012.pdf)

[Grandes%20Op%C3%A7%C3%B5es%20do%20Plano%20e%20Or%C3%A7amento%20-%202012.pdf](http://www.cm-grandola.pt/PT/Autarquias/GovernacaoMunicipal/Documents/Grandes%20Op%C3%A7%C3%B5es%20do%20Plano%20e%20Or%C3%A7amento%20-%202012.pdf))

Estatística.

AAVV; *Alentejo Litoral – caracterização sócio - económica*, Banco Espírito Santo / Espírito Santo Research, Junho de 2009

(<http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?plg=f413bca4-e468-4d03-8738-67762fd79873>)

Rede social de Grândola – indicadores do concelho, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2011

(<http://www.cm-grandola.pt/PT/Concelho/DadosEstatisticos/Documents/Rede%20Social%20de%Gr%C3%A2ndola%20-%20Indicadores%20do%20Concelho.pdf>)

Fontes orais:

Ana Dulce Pires, Armando Guerreiro, Beatriz Dias Pereira, Bertília Jesus Pereira, Custódia Chainho, Francisco Dimas, Isabel Revez, José Manuel Melo, José Tavares, Júlio Mateus Rosário, Leonel Rodrigues, Lizete Helena Pereira, Luís Correia, Maria Luisa Estevão, Marta Braz, Perpétua Coelho e Rafael Rodrigues.

Obras Consultadas.

AAVV, *Arquitectura popular em Portugal*, volume II, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, pp. 243 – 358.

ALMEIDA, Manuel C. G. Tavares de; *As posturas dos anos de seiscentos à República. Subsídios para uma monografia V*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2007.

ANDRADE, António Alberto B. de; “*Vinhos do Alentejo*”, in, O vinho na história portuguesa, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1983, pp. 187 - 216

ANDRADE, Pedro de; “*A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas*”, in, Revista Critica de Ciências Sociais, n.º 33, Outubro de 1991, pp. 265-286.

As tabernas no concelho de Grândola, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2000.

CASTRO, António; “*Vinho*”, in, Dicionário de História de Portugal, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 315 – 321.

CHAINHO, António Gamito; *Ruralidade*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola / Junta de Freguesia de Azinheira de Barros, 2002.

CHARTIER, Roger; *A história cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 2002.

CUTILEIRO, José; *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

DORFLES, Grillo; *Elogio da desarmonia*, Lisboa, Edições 70, 1986.

FREIRE, Dulce; *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo*, Lisboa, Âncora Editora, 2010.

História da vida privada em Portugal. A época contemporânea, Lisboa, Circulo de Leitores, 2011.

História de Portugal, vol. VII, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

História de Portugal, vol. VIII, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

LE GOFF, Jacques “*Passado / Presente*”, in, Enciclopédia Einaudi, vol. I, Lisboa, INCM, 1984, pp. 293-310.

MAGALHÃES, Dulce Maria; “*A taberna: usos do espaço e do tempo*”, in, Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série I, vol. VI, 1996, pp. 213-229.

MAGALHÃES, Dulce Maria; “*Consumos e Sociabilidade na taberna: estudo preliminar de um caso*”, in, Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série I, vol. II, 2001, pp. 107 – 119.

MARQUES, A. H. de Oliveira; “*Pesos e medidas*”, in, Dicionário de História de Portugal, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 67 – 72.

MATTOSO, José; *A identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 2003.

NUNES, José Jacinto; *Reivindicações democráticas e outros textos políticos*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 2010.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando; *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

O vinho e o património, Borba, Câmara Municipal de Borba, 2001.

PRÓ-ÉVORA, Grupo; *Exposição Fotográfica – Tabernas de Évora*, Junho/Julho 1992.

RAMOS, Francisco Martins; *Breviário Alentejano*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.

RAMOS, Francisco Martins; *Vinho do Alentejo*; Lisboa, Edições Colibri, 2010.

REPETO GARCIA, Diana e BUTRÓN PRIDA, Gonzalo; “*Tabernas y viajeros en el siglo XIX*”, in, Douro – Estudos & Documentos, vol. III, 2002, pp. 223-232.

RIBEIRO, Orlando; *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Herman; *Geografia de Portugal – a posição geográfica e o território*, vol. I, João Sá da Costa Editora, 1998.

RODRIGUES, José Manuel; *Tabernas. Percurso na memória do concelho de Grândola*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 1998.

RONCAYOLO, Marcel; “*Território*”, in, Enciclopédia Einaudi, vol. III, Lisboa, INCM, 1986, pp. 396-487.

SANTOS, António Candeias; *A freguesia de Grândola. Estudo geográfico*, Grândola, Junta de Freguesia de Grândola, 2007.

SARAMAGO, Alfredo; *Para uma história da alimentação no Alentejo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1997.

SOBRAL, José Manuel; “*Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural*”, in, Análise Social, vol. XXX, 1995, pp. 289 – 313.

SOBRAL, José Manuel; “O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural”, in, *Etnografia*, volume VIII (2), 2004, pp. 243 – 271.

“*Sociedade rural*”, in, Dicionário de História do Estado Novo, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 944-948.

Tabernas. Lugares de encontro e solidão em Setúbal, Setúbal, Museu do Trabalho / Câmara Municipal de Setúbal, 1990.

URÍA, Jorge; “*La taberna. Un espácio multifuncional de sociabilidad popular en la restauración española*”, in, Hispania, Lx III / 2, num. 14, 2003, pp. 571 – 604.

VACAS, Mário Nunes; *Aspectos antropogeográficos do Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

“*Vinho*”, in, Dicionário de História do Estado Novo, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 1011-1114.

In CD-ROM

Listas de Imagens⁶⁴.

1. Imagens do território.

Imagem 1.	Prespectiva sobre parte da serra e da várzea.	1
Imagem 2.	Prespectiva sobre o relevo da serra de Grândola.	1
Imagem 3.	A zona costeira.	2
Imagem 4.	A lagoa de Melides.	2
Imagem 5.	Os campos de arroz em Melides.	3
Imagem 6.	Paisagem agrícola no Lousal.	3
Imagem 7.	O montado.	4
Imagem 8.	Pastagem do gado bovino.	4
Imagem 9.	Pastagem do gado ovino.	5
Imagem 10.	O olival.	5
Imagem 11.	A horta.	6
Imagem 12.	A vinha.	6

2. Os taberneiros, as tabernas, os espaços da taberna e suas utilizações, a decoração e objectos de uso quotidiano, os passatempos, a economia da taberna, a Rota das tabernas e os seus programas.

Os taberneiros.

Imagem 13.	Armando Guerreiro.	7
Imagem 14.	Maria Luísa Estevão.	8
Imagem 15.	Luís Correia.	9
Imagem 16.	Júlio Mateus Rosário.	9
Imagem 17.	José Tavares.	10
Imagem 18.	Leonel Rodrigues.	11

⁶⁴ As imagens apresentadas foram recolhidas pelo autor do presente trabalho, à excepção das imagens numero 93 a 114 que foram cedidas pela Câmara Municipal de Grândola.

Imagem 19.	Custódia Chainho.	12
Imagem 20.	Lizete Helena Pereira.	13

As tabernas.

Imagem 21.	A Taberna do Guerreiro.	14
Imagem 22.	O Café de Cima / Café do Luís.	14
Imagem 23.	O interior do Café de Cima.	15
Imagem 24.	O Café Marcelino.	15
Imagem 25.	O interior do Café Marcelino.	16
Imagem 26.	A Taberna da Beatriz.	16
Imagem 27.	A Casa de Pasto Júlio Rosário.	17
Imagem 28.	Entrada lateral da Casa de Pasto Júlio Rosário.	17
Imagem 29.	A Mercearia do Tavares.	18
Imagem 30.	A taberna – Casa Dimas.	19
Imagem 31.	A Taberna do Agostinho.	20
Imagem 32.	O interior da Taberna do Agostinho.	20
Imagem 33.	A Taberna dos Mosqueirões.	21
Imagem 34.	O interior da Taberna dos Mosqueirões.	21
Imagem 35.	A Taberna da Figueira Preta.	22
Imagem 36.	O interior da Taberna da Figueira Preta.	22

Os espaços da taberna e as suas utilizações.

Imagem 37.	A cozinha.	23
Imagem 38.	Espaços anexos.	23
Imagem 39.	O uso do espaço exterior.	24
Imagem 40.	A horta.	24
Imagem 41.	O forno.	25

Imagem 42.	O uso dos cantos e recantos como espaço de arrecadação.	26
Imagem 43.	A arrecadação.	27
Imagem 44.	A mercearia.	28
Imagem 45.	A adega.	29

A decoração do espaço, os objectos de uso quotidiano e o mobiliário.

Imagem 46.	A evocação do demo.	30
Imagem 47.	A evocação de animais.	31
Imagem 48.	Base para tachos.	32
Imagem 49.	A manifestação clubística.	33
Imagem 50.	Coxos de cortiça.	33
Imagem 51.	Canecas e copos de barro.	34
Imagem 52.	Uma cabaça.	34
Imagem 53.	Sinalização da Rota das Tabernas.	35
Imagem 54.	Cubas de vinho.	35
Imagem 55.	Incentivo ao consumo na taberna.	36
Imagem 56.	O elogio ao vinho.	36
Imagem 57.	O aviso sobre o fiado.	37
Imagem 58.	O aviso sobre o fiado sob a forma de escultura.	37
Imagem 59.	O canivete ou navalha.	38
Imagem 60.	Os copos usados na venda de vinho.	38
Imagem 61.	Os jarros usados na venda de vinho.	39
Imagem 62.	A torneira usada no barril de vinho.	39
Imagem 63.	O vinho em embalagens tetra pack.	40
Imagem 64.	Os barris de vinho.	40
Imagem 65.	Uma talha.	41

Imagem 66.	O bengaleiro.	42
Imagem 67.	O fogareiro.	42
Imagem 68.	O Lavatório de esmalte.	43
Imagem 69.	As medidas usadas na venda de vinho.	44
Imagem 70.	As prateleiras de apoio ao balcão.	44
Imagem 71.	O “mecanismo” de lavagem dos copos e dos jarros sujos de vinho.	45
Imagem 72.	O mobiliário – as cadeiras.	46
Imagem 73.	O mobiliário – as mesas.	46

Os passatempos.

Imagem 74.	Estrutura do jogo da malha.	47
Imagem 75.	Jogo de matraquilhos.	47
Imagem 76	O frequentador sentado à porta da taberna	48
Imagem 77	O convívio à mesa.	49

A gastronomia.

Imagem 78	O pão.	50
Imagem 79	Os enchidos e o toucinho.	50
Imagem 80	Os queijos curados.	51
Imagem 81	As azeitonas.	51
Imagem 82	O bacalhau frito.	52
Imagem 83	A carne do alguidar.	52
Imagem 84	A língua de porco	53
Imagem 85	A orelha de porco	53
Imagem 86	A fruta e o vinho.	54
Imagem 87	O petisco trazido de casa.	54

A “economia da taberna”.

Imagem 88.	A gaveta de madeira e a moderna registadora	55
Imagem 89.	A bilha dos trocos.	55
Imagem 90.	As contas do taberneiro.	56
Imagem 91.	O caderno dos fiados.	56
Imagem 92.	A factura do vinho.	57

Rota das Tabernas.

Imagem 93.	A Taberna da Água Derramada (1995).	58
Imagem 94.	Cadoços (1995).	58
Imagem 95.	Roda de cante formada por frequentadores (1995)	59
Imagem 96.	Rota das Tabernas (2000).	59
Imagem 97.	Grupo de animadores locais (2000).	60
Imagem 98.	Grupo de frequentadores (2000).	60
Imagem 99.	Taberna da Feira de Melides (2004).	61
Imagem 100.	Taberna do Verga a Mola (2004).	61
Imagem 101.	Taberna do Agostinho (2004).	62
Imagem 102.	Café Marcelino (2004).	62
Imagem 103.	Taberna dos Mosqueirões (2011).	63
Imagem 104.	Grupo Coral (2011).	63

Programas da Rota das Tabernas.

Imagens 105 a 108.	Programa de 1999.	64
Imagens 109 a 110.	Programa de 2003.	66
Imagem 111 a 112.	Programa de 2007.	67
Imagem 113 a 114.	Programa de 2011.	68

Lista de Cartografia.

Mapa 1.	Localização do concelho de Grândola no território continental português e no distrito de Setúbal	69
Mapa 2.	O concelho de Grândola. As suas freguesias e territórios de fronteira.	70
Mapa 3.	A vila de Grândola. A localização das vendas e tabernas, no início do século XX, e os locais de residência das meretrizes.	71
Mapa. 4	Localização das tabernas existentes no concelho de Grândola.	72

Lista de Gráficos.

Gráfico 1.	A evolução da população residente no concelho de Grândola (1864 - 2011).	73
Gráfico 2.	A evolução do número de fogos no concelho de Grândola (1864 - 2011).	73

Lista de desenhos das plantas das tabernas.

Desenho 1.	Planta da Taberna do Guerreiro	74
Desenho 2.	Planta do Café de Cima / Café do Luís.	74
Desenho 3.	Planta do Café Marcelino.	75
Desenho 4.	Planta da Taberna da Beatriz.	75
Desenho 5.	Planta da Casa de Pasto Júlio Rosário	76
Desenho 6.	Planta da Mercearia do Tavares.	76
Desenho 7.	Planta da taberna Casa Dimas.	77
Desenho 8.	Planta da Taberna do Agostinho.	77
Desenho 9.	Planta da Taberna dos Mosqueirões.	78
Desenho 10.	Planta da Taberna da Figueira Preta.	78

Lista de quadros.

Quadro 1.	Locais de residência das meretrizes	79
Quadro 2.	Crimes relacionados com as tabernas (1900 - 1909).	80
Quadro 3.	A rentabilidade do vinho, se vendido a copo.	87

Quadro 4.	A rentabilidade do vinho, se vendido a jarro.	88
Quadro 5.	A rentabilidade obtida com a aguardente.	89
Quadro 6.	A localização dos espaços de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas, no concelho de Grândola, entre 1915 e 1920.	90
Quadro 7.	A evolução do número de estabelecimentos de venda pública de vinho e outras bebidas alcoólicas, entre 1915 e 1920.	91
Quadro 8.	A situação actual das tabernas fotografadas por José Manuel Rodrigues.	92
Quadro 9.	A situação actual das tabernas identificadas na brochura – As tabernas no concelho de Grândola.	94
Quadro 10.	As tabernas do concelho de Grândola (2012).	96
Quadro 11.	A programação de animação da Rota das Tabernas (1999 - 2011).	97
Quadro 12.	A evolução da participação dos estabelecimentos na Rota das Tabernas (1999 - 2011).	98
 Textos finais.		
Texto A.	Rota das Tabernas: a origem, a evolução e o presente.	i
Texto B.	Considerações sobre o projecto municipal.	iv